



EXTRA

CLASSE·ORG·BR

ANO 25 | Nº 245 | JULHO DE 2020

**A polícia
que mata
por engano,
mas não erra
a cor da pele**

Descontroladas e cada vez mais violentas, as PMs de todo o país recrudesceram seu histórico de abuso, principalmente contra populações mais vulneráveis, e bateram recordes de agressão

EDITORIAL

04 ENTREVISTA

Para Denise Mantovani o sistema que vitima mulheres também oprime outras minorias

08 COMPORTAMENTO

Em meio à pandemia do novo coronavírus a violência doméstica cresce e se aprimora

11 WEISSHEIMER

País segue na contramão dos países que privatizaram saneamento e água e voltaram atrás

12 ECONOMIA

Realidade de pequenas e médias empresas escancara ineficiência das medidas

14 VIOLÊNCIA

Caso que envolve PM gaúcha se soma aos sucessivos erros policiais que vitimam negros

23 ROLIM

Novo filme de Spike Lee debate o racismo e a participação de soldados negros no Vietnam

24 ARTE +

Escritora Eliane Marques promove a visibilidade da poesia negra de autoras de diversos países

27 VERISSIMO

Sempre foi um problema na história da humanidade apaziguar militares em tempos de paz

Sistemas de opressão em tempos de pandemia

São múltiplas perspectivas que se interligam. Primeiro, é importante relacionar o que vivemos com o ataque às democracias liberais que ocorre em várias partes do mundo. No Brasil, o bolsonarismo articula-se sob essa mesma agenda extremista de direita, de apologia à violência, de enaltecimento ao militarismo, ao autoritarismo, de propagação do ódio racista, sexista e homofóbico, de discursos reacionários articulados por um moralismo de direita que reafirma e naturaliza hierarquias. Compartilho das visões que relacionam a realidade atual à sequência de acontecimentos do período 2014-2016 que culminaram com o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Desde lá tem ocorrido uma brutal destruição do Estado, o que atinge diretamente mulheres, população negra, indígena e LGBT. É o que diz Denise Mantovani – nossa entrevistada desta edição 245 –, ela é pós-doutora em estudos feministas interseccionais, é doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Como pesquisadora, participa da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política, que reúne professoras e pesquisadoras de diversas universidades e ativistas de organizações feministas do Brasil, integra a Marcha Mundial de Mulheres e atua como pesquisadora-colaboradora do Núcleo de Pesquisa de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Para ela é fundamental a compreensão de que as raízes racistas e patriarcais ampliam as desigualdades e as violências contra as mulheres, sejam

elas brancas, negras, indígenas, migrantes, mulheres com deficiência, mulheres do campo, das florestas, ricas e pobres, criando sistemas de opressão que interligam racismo, sexismo e classe social.

No meio disso, nossa reportagem trouxe à debate que, apesar das estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) indicarem uma queda de 45% no número de feminicídios em maio no estado, a violência doméstica segue assombrando a população feminina gaúcha, especialmente na pandemia do novo coronavírus. Comparando os registros oficiais dos cinco primeiros meses de 2020 com igual período do ano passado, os assassinatos de mulheres motivados por questões de gênero tiveram um aumento de 34,4% no Rio Grande do Sul desde janeiro – 11 vidas perdidas a mais que em 2019, no mesmo período. Em outras palavras, há uma epidemia de violência doméstica dentro da pandemia. Se isso não bas-

tasse, há uma maior sofisticação da violência no que tange à premeditação e execução. Outra face desse sistema opressor é que, descontroladas e cada vez mais violentas, as PMs de todo o país recrudesceram seu histórico de abuso, principalmente contra populações mais vulneráveis, e bateram recordes de agressão mesmo durante a quarentena provocada pelo novo coronavírus. No Rio Grande do Sul, caso que provocou a morte da costureira Dorildes Laurindo chocou pela brutalidade extrema. Em matéria exclusiva, trazemos o debate do racismo arraigado nas corporações policiais.



tasse, há uma maior sofisticação da violência no que tange à premeditação e execução.

Outra face desse sistema opressor é que, descontroladas e cada vez mais violentas, as PMs de todo o país recrudesceram seu histórico de abuso, principalmente contra populações mais vulneráveis, e bateram recordes de agressão mesmo durante a quarentena provocada pelo novo coronavírus. No Rio Grande do Sul, caso que provocou a morte da costureira Dorildes Laurindo chocou pela brutalidade extrema. Em matéria exclusiva, trazemos o debate do racismo arraigado nas corporações policiais.

Boa Leitura!

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cátia Cylene, Flavia Bemfica, Flávio Ilha, e Wagner Coriolano de Abreu

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615
denise.benites@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclasse

Menos de 1,1 milhão de empregos formais

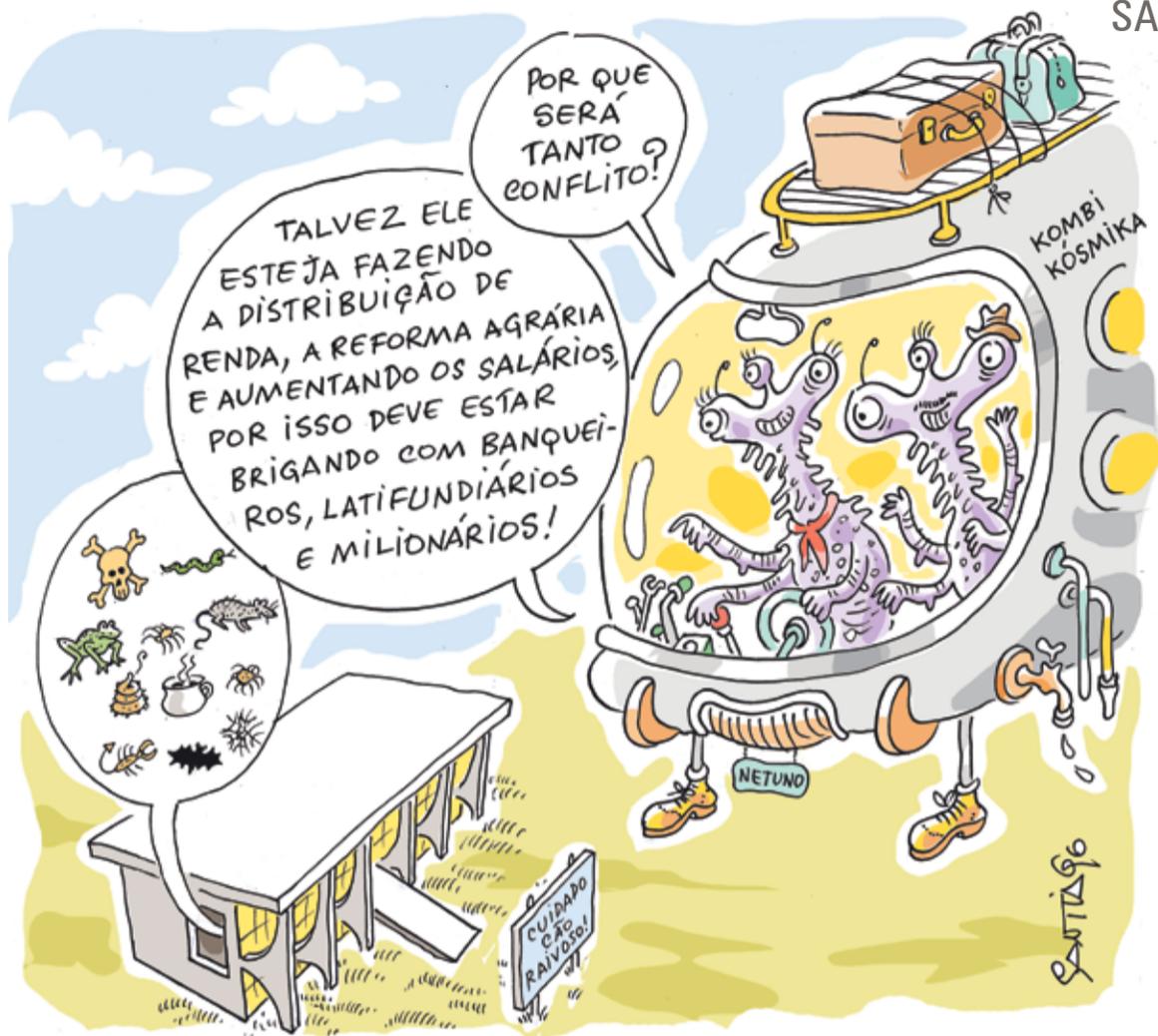
Em decorrência da insuficiência das políticas públicas para amenizar a crise econômica gerada pela pandemia, os empregos formais registraram, em maio, o terceiro mês seguido de desempenho negativo. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 331.901 postos de trabalho com carteira assinada foram fechados no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. A retração de empregos totaliza 1.144.118 de janeiro a maio. Os mais atingidos foram os setores de serviços, indústria e comércio.

Suspensões de contrato e redução de jornadas

No dia 29 de junho, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco anunciou que o programa que prevê a suspensão de contrato de trabalho ou a redução de jornada em troca da manutenção de empregos será prorrogado. Para os acordos em andamento, a prorrogação não será automática. Será necessário que empregador e empregado fechem novos acordos. Segundo Bianco, o presidente Jair Bolsonaro deverá editar na primeira quinzena de julho um decreto com a renovação do Benefício Emergencial (Bem), depois de sancionar a Medida Provisória 936, que criou o programa.

Abertura precoce e agravamento da crise

Uma das principais vozes críticas às medidas do governo Bolsonaro e de Paulo Guedes para amenizar a crise na pandemia, a economista Monica de Bolle, foi categórica em seu *Twitter*: "sabem o que acontece quando se 'abre a economia' prematuramente? A epidemia recrudescer". Para ela, medidas previstas na MP 936, por exemplo, 'agravam a recessão' ao ponto de levar ao um quadro de "depressão".



SANTIAGO

Erro de militares causa prejuízo de 273 milhões à União

O Tribunal de Contas da União (TCU) deveria ter julgado quatro oficiais do topo da carreira do Exército acusados de atirar no lixo R\$ 273 milhões ao cometer "erros grosseiros" num negócio bilionário. Vários adiamentos ocorreram ao longo de junho e até o fechamento desta edição os militares ainda não haviam sido julgados.

Conforme noticiado pelo The Intercept Brasil, uma auditoria do próprio TCU identificou, em 2017, o rombo num contrato fechado pelos militares um ano antes com a montadora Iveco, subsidiária da italiana Fiat, para a entrega de veículos blindados.

Segundo os auditores, teriam ocorrido graves irregularidades na condução do Programa Guarani, um projeto do Exército para a renovação da frota de viaturas. Todos os militares que respondem ao processo já estão na reserva: são os generais Fernando Sérgio Galvão, Sinclair James Mayer e Guilherme Theophilo, além do tenente-coronel Ângelo José Penna Machado.

O valor do prejuízo é equivalente

à parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 para quase 500 mil pessoas.

O TCU já marcou três vezes, desde o final de maio, a sessão secreta em que os quatro fardados iriam a julgamento, mas o caso não entrou em pauta. Já é claro, porém, que houve no mínimo uma trapalhada imensa.

O caso começou com um contrato firmado em 2009 e sem licitação para que a Iveco entregasse ao Exército 2.044 veículos blindados ao custo de R\$ 5,4 bilhões.

Porém, depois de assinarem o documento os militares perceberam que haviam superestimado o número de viaturas encomendadas.

Diante do fiasco de sequer ter lugar para guardar tantos veículos, os militares negociaram uma redução do pedido. A montadora aceitou, desde que não implicasse receber menos dinheiro. A fatura foi colocada sobre a mesa do generalato, que, sem argumentos para discordar, concordou em pagá-la em 2016.

O contrato de 2009 foi encerrado e substituído por um novo. Nele, a encomenda encolheu 23%, para 1.580 veículos, ao custo de R\$ 5,9 bilhões. Ou seja, mais dinheiro e menos veículos que no acordo original. Foi esse o trato que acarretou, segundo o TCU, o prejuízo de R\$ 273 milhões.



Sistemas de opressão interligam racismo, sexismo e classe social

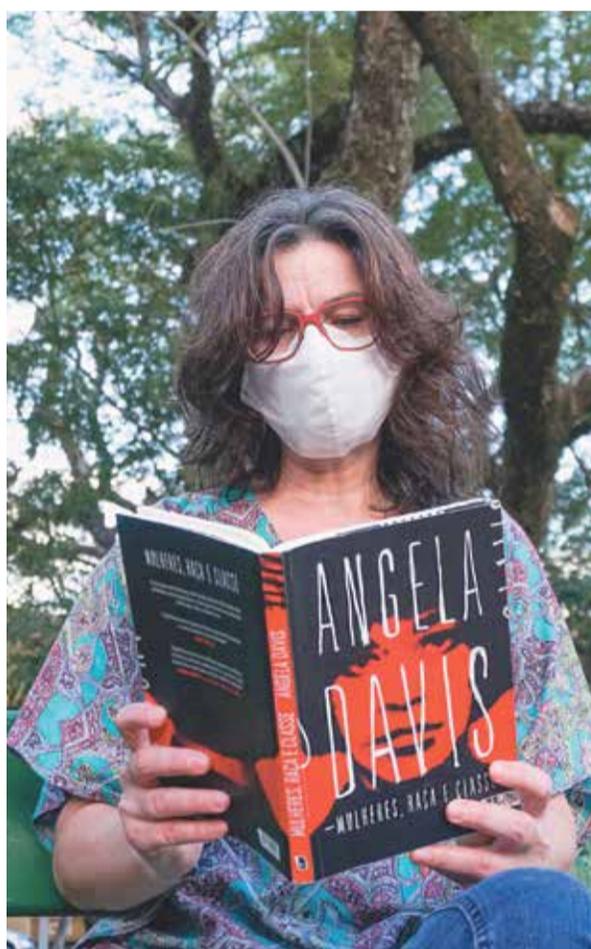


Foto: Igor Sperotto

por Cátia Cylene

Denise Mantovani, pós-doutora em estudos feministas interseccionais, é doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Como pesquisadora, participa da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política, que reúne professoras e pesquisadoras de diversas universidades e ativistas de organizações feministas do Brasil, integra a Marcha Mundial de Mulheres e atua como pesquisadora-colaboradora do Núcleo de Pesquisa de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)). Graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), é autora de obras sobre mídia; feminismos e interseccionalidade; democracia e desigualdades de gênero, raça e classe; aborto e democracia. Denise ressalta como o feminismo e a luta antirracista tornam-se centrais para entender e enfrentar a política de destruição do extremismo fascista sobre o Estado, a sociedade civil, a educação e o bem viver. “É fundamental a compreensão de que as raízes racistas e patriarcais ampliam as desigualdades e as violências contra as mulheres, sejam elas brancas, negras, indígenas, migrantes, mulheres com deficiência, mulheres do campo, das florestas, ricas e pobres, criando sistemas de opressão que interligam racismo, sexismo e classe social”.

Extra Classe – Vivemos um período de extrema violência. Qual sua análise deste contexto no bolsonarismo?

Denise Mantovani – São múltiplas perspectivas que se interligam. Primeiro, é importante relacionar o que vivemos com o ataque às democracias liberais que ocorre em várias partes do mundo. No Brasil, o bolsonarismo articula-se sob essa mesma agenda extremista de direita, de apologia à violência, de enaltecimento ao militarismo, ao autoritarismo, de propagação do ódio racista, sexista e homofóbico, de discursos reacionários articulados por um moralismo de direita que reafirma e naturaliza hierarquias. Compartilho das visões que relacionam a realidade atual à sequência de acontecimentos do período 2014-2016 que culminaram com o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Desde lá tem ocorrido uma brutal destruição do Estado, o que atinge diretamente mulheres, população negra, indígena e LGBT. O desastre se completa com ausência de uma ação efetiva do governo federal no enfrentamento à Covid-19. Por fim, há conjugação entre interesses do capital internacional no desmonte do Estado brasileiro com os grupos extremistas de direita, racistas e misóginos, apologistas da violência, do armamentismo, da defesa da repressão militar e do punitivismo que atinge a população negra, pobre e periférica articulados com o ativismo religioso da direita cristã que prega hierarquias de gênero, raça e sexo, controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres e imposição de um modelo único de família patriarcal heteronormativa.

EC – É um cenário gerador de conflitos sociais?

Denise – Sim. São conflitos no sentido antidemocrático, onde o direito à divergência política não está colocado. Ao contrário, são autoritários e fascistas porque pregam a destruição do pensamento antagônico. O adversário torna-se um inimigo a ser destruído. E nesse conjunto de retrocessos, ressentimentos provocados pelo aprofundamento neoliberal – perda do emprego, desregulação do trabalho, precarização da vida e medo

sobre o futuro – vão sendo instrumentalizados pelas ferramentas da internet, com as *fake news*, incentivando o ódio racial, de classe e sexista. No governo Bolsonaro, a crise econômica já estava posta antes mesmo da pandemia. E se aprofundou com o dismantling do Estado e as medidas supostamente para enfrentar a crise da pandemia que transferiram recursos públicos para bancos privados. Todas essas situações afetam diretamente as mulheres, porque a reforma neoliberal tem na moralidade e na família tradicional patriarcal a tarefa de substituir o papel do Estado e das políticas de bem-estar social. O mercado privatizou serviços essenciais do Estado e responsabilizou os indivíduos masculinos – por isso a ideologia patriarcal importa – a arcar com os custos de educação, saúde e provisão e de cuidado com os dependentes – as mulheres. Por isso, a moral cristã reforça a ideia de retorno ao modelo de família hierárquica, heteropatriarcal.

EC – E quem são as pessoas mais afetadas por esse projeto político?

Denise – As pessoas que mais sofrem, que estão mais expostas e vulneráveis diante da ausência de um Estado social, são as mulheres e homens negros, mulheres, homens e crianças indígenas, minorias étnicas e população pobre, sem acesso a bens básicos. Assim como o machismo e o sexismo que afetam as mulheres, o racismo estrutural atua em profundidade nesse cruzamento, num modelo genocida, com desdém e omissão diante da destruição de vidas humanas. Recorro a Lélia Gonzales – antropóloga negra, ativista e teórica feminista, para reforçar o que quero dizer. A estratégia de colonização no Brasil produziu o racismo de negação, exercendo o controle sexual e racial de forma estratificada e hierárquica, o que garantiu a superioridade do grupo racial branco, especificamente do homem branco, colocado no topo da pirâmide social. Se observarmos o discurso bolsonarista, além do viés antidemocrático, da demonização do político e social, da valorização da moralidade tradicional, vemos nos discursos de



Arte: Fabio Edy Alves sobre fotos de Igor Sperotto

As pessoas que mais sofrem, que estão mais expostas e vulneráveis diante da ausência de um Estado social, são as mulheres e homens negros, mulheres, homens e crianças indígenas, minorias étnicas e população pobre, sem acesso a bens básicos

ódio o forte componente classista – de desprezo ao povo pobre, racista – de negação ao racismo e sexista, de superioridade masculina e subordinação das mulheres a papéis de gênero tradicionais e a naturalização da violência. Nesta complexa diversidade da categoria “mulheres” é importante compreender as raízes racistas, patriarcais e de classe que se cruzam e ampliam as desigualdades entre brancas e negras, ricas e pobres, criando sistemas de opressão e desigualdade que interligam racismo, sexismo e pobreza.

EC – Como as teorias feministas abordam esta questão?

Denise – O campo feminista quando olha a sociedade, olha fazendo esta crítica: vê que a violência tem gêneros, sexualidades diversas, tem raça, tem classe social. Quando discutimos violência contra as mulheres, estamos vendo todos estes fatores que não estão apartados da realidade. Para os feminismos diversos, mas especialmente a perspectiva antirracista e anticapitalista com a qual estabeleço um diálogo nessa reflexão, a forma atual do capitalismo neoliberal pro-

duz a destruição que atinge diretamente as mulheres. Dados do IBGE mostram que quase 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, sendo que a taxa de desemprego das mulheres é 39% superior a dos homens. O desemprego no Brasil atinge quase 13 milhões de pessoas, mas afeta mais as mulheres, 15% das desempregadas e os homens 10%. No recorte racial os dados mostram que 15% das pessoas autodeclaradas pretas estão em situação de desemprego. Assim como 14% dos desempregados são pessoas pardas e 10% brancas. Para os feminismos, essa realidade é devastadora porque a maioria mais vulnerável é composta por mulheres negras e pobres.

EC – Sob o aspecto do patriarcado, qual o impacto nesta teia social?

Denise – Algum tempo atrás, Bolsonaro tentou relacionar o contexto do desemprego e isolamento social com a violência doméstica, sugerindo que o problema da violência era o fato dos homens estarem em casa, sem trabalho. Um engodo que representa a postura machista, elitista e racista, pois a violência doméstica ocorre em to-

dos níveis sociais. A estrutura da violência contra a mulher está relacionada à ideologia patriarcal, que prega a supremacia masculina. O conceito do patriarcado ajuda a revelar o discurso político e ideológico em torno da naturalização da hierarquia do masculino sobre o feminino que mascara uma relação desigual entre os sexos. Não tem nada a ver com biologia, ou maternidade. A relação de poder dos homens sobre as mulheres precisa ser enfrentada como algo estruturante das relações sociais, profundamente imbricado com a exploração capitalista e o racismo. A cultura patriarcal gera o machismo e a misoginia, que são o desprezo e o desrespeito às mulheres e, em consequência, as violências contra nossos corpos. O patriarcado estrutura as manifestações de machismo no interior das famílias, nas escolas, nas ruas, nas piadas, nos estereótipos de gênero, nos papéis sociais atribuídos ao masculino e feminino heteronormativos, na formulação de leis e na interpretação delas por um sistema jurídico que carrega o princípio de decidir em favor do patrimônio dos homens brancos, burgueses, endinheirados.

EC – E nisso entra a imposição de uma divisão sexual do trabalho?

Denise – A divisão sexual do trabalho mostra como essa hierarquia constroi uma divisão de tarefas e responsabilidades baseada na diferença sexual. Dessa forma, porque as mulheres são mães, é naturalizada a ideia de que cabe a elas a responsabilidade do cuidado e das obrigações domésti-

cas – mesmo que trabalhem fora. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que em 2019 a jornada de serviços feitos em casa ocupava 10h24 minutos semanais a mais no tempo das mulheres em relação ao tempo dos homens. O que mostra que, na melhor das hipóteses, ainda persiste a ideia da “ajuda” em casa, mas não da “divisão” das tarefas entre casais. O trabalho doméstico, chamado de trabalho reprodutivo, não é valorizado. No capitalismo só o trabalho externo é valorizado com salário. Esse é um ciclo que favorece a desigualdade. Realidade que muitas vezes cria dificuldades para romper casamentos violentos, pois impõe às mulheres a subjugação econômica de si e de seus filhos. Já o trabalho doméstico remunerado expõe a realidade do racismo estrutural cruzado com a desvalorização que o capitalismo e o patriarcado produzem sobre o trabalho doméstico.

EC – Fora da política focada na estratégia de dominação, qual seria a alternativa para um caminho mais democrático?

Denise – Penso que um caminho fundamental é olhar para as relações de poder a partir do gênero, da raça e da classe social com a perspectiva de inverter a distribuição desse poder. Faço uma provocação: se olharmos para as posições de chefia nos locais de trabalho, nos sindicatos, nos partidos políticos, quantas são as mulheres e onde elas estão em termos de posições de poder? Onde estão as mulheres negras e os ho-

mens negros? Num país como o Brasil o exercício democrático do poder precisa levar em consideração que sua população é majoritariamente negra: 56% e feminina: 52%. É o oposto da representação política na Câmara de Deputados, 85% composta por homens e 15% por mulheres, maioria brancos. Dos 436 homens eleitos, 73% são brancos, 26% negros e 2 asiáticos. E das 77 deputadas eleitas, 81% é branca, 17% negras e 1% indígena. Por isso, redistribuir o poder é essencial. É uma agenda relevante para enfrentar a extrema direita racista e misógina.

EC – “Não há hierarquia de opressão”, diz a feminista norte-americana Audre Lorde, na defesa de que todas pessoas têm direito de lutar por seus direitos. Como é isso na prática?

Denise – Penso que a dor de cada pessoa é muito particular, não existe dor maior ou menor. Não creio que seja correto alguém julgar a dor do outro. No livro *Dororidade*, a feminista negra Vilma Piedade fala que a dor não é medida, ela é sentida. A questão colocada na pergunta é relevante. Audre Lorde denunciava a rejeição institucionalizada das diferenças entre as pessoas como uma necessidade das economias baseadas no lucro para tornar homogêneo o que não é. E nós, dentro dessa cultura que busca apagar as diferenças para dizer que “somos todos iguais”, quando sabemos que isso não é verdade, fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas. Somos uma sociedade diversa. Entre

nós existem diferenças de sexo e sexualidade, de raça e etnia, de gêneros, de idade. Penso que precisamos reconhecer isso que Lorde propõe: que somos forjados por uma cultura que se estruturou na negação da diferença e, com isso, se afirmou numa cultura violenta e opressiva para a diversidade. Somos diferentes e essas diferenças precisam ser reconhecidas e enfrentadas – não apagadas. Elas devem servir para enriquecer nossa visão de mundo e desenvolver novos modelos de convivência sustentados no respeito, na distribuição equitativa da riqueza e num ambiente de acolhimento.

EC – O Brasil ocupa o 5º lugar em feminicídios. Quais as marcas disso?

Denise – Com o desmonte das políticas públicas e o bolsonarismo incentivando a resolução do conflito pela bala, todos nós estamos expostos às violências. Mas as mulheres estão muito mais expostas. Conforme relatório produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre março e abril de 2020 os feminicídios cresceram 22% em 12 estados brasileiros, comparado ao mesmo período de 2019. Sabemos que há falta de transparência, que o Estado brasileiro nega a violência, o que é um grande problema. A cada hora, cinco mulheres estão sofrendo algum tipo de violência. É muito grave. É preciso enfrentar o machismo e o sexismo, reforçar redes de denúncia e solidariedade e combater esse modelo de masculinidade baseado num comportamento agressivo e violento de imposição de vontades.



Com esse distanciamento,
a gente nunca esteve tão perto

WWW.SINPRORS.ORG.BR

DIREITOS

SAÚDE

SERVIÇOS

NOTÍCIAS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Dowbor analisa história recente do capital

Para quem não dispensa o papel, no lugar dos e-books que foram a grande alternativa das editoras na pandemia, em julho deverá estar à disposição *O Capitalismo se Desloca: Novas Arquiteturas Sociais*. O novo livro do economista Ladislau Dowbor trata das mudanças ocorridas nessas duas primeiras décadas do século 21. "Em vez de comentar ou lamentar como o capitalismo que conhecíamos vem se transformando, procuro buscar o futuro que se forma no horizonte", explica o veterano professor da PUC/SP. O trabalho, no entanto, está desde o final de maio à disposição de forma gratuita em versão on-line no site da Edições Sesc. Leia em extraclasse.org.br.

Foto: Lóryen Bessa



Novo livro do economista Ladislau Dowbor trata das mudanças ocorridas nessas duas primeiras décadas do século 21

EDUCAÇÃO

STF admite terceirização de atividade-fim

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017), que permitiu a terceirização de atividades-fim das empresas urbanas. Por maioria de votos, foram julgadas improcedentes cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 5685, 5686, 5687, 5695 e 5735), movidas por sindicatos e partidos políticos, que questionavam as mudanças nas regras de terceirização de trabalho temporário introduzidas pela lei.



Foto: Valter Campanato/ ABr

GABRIEL GRABOWSKI

As falácias na educação em tempos de Covid-19

Os impactos do Covid-19 são de três ordens: os inevitáveis, os evitáveis e os oriundos de prevaricações. Inevitáveis: estão os sobre a vida, a saúde e a economia. Entre os que poderiam ser evitados estão os relativos à negação da ciência, do conhecimento, do distanciamento social e da cooperação humana e intergovernamental. Os provenientes dos prevaricadores da República são os que estão promovendo, deliberadamente, esta profunda crise moral, jurídica, política, cultural, econômica e sanitária sem precedentes. Artigo exclusivo do professor e pesquisador Gabriel Grabowski.

INTERNET

Visitas ao site aumentam em 60%

No primeiro semestre de 2020, o *Extra Classe* registrou um aumento de quase 60% no número de acessos ao site do jornal, em relação ao mesmo período de 2019. De janeiro a junho, foram 1,84 milhão de acessos. A sessão *Exclusivo!Web*, que concentra as reportagens do *Extra Classe* exclusivas para internet, teve, nesse período, 317 matérias publicadas, algumas com mais de 100 mil acessos cada. O crescimento é parte dos resultados de investimento do Sinpro/RS nas plataformas digitais do Sindicato.



Arte: Fábio Ely Alves sobre foto de Freejak

TOP 5

As matérias mais acessadas no site do *Extra Classe* em junho destacaram o avanço da pandemia no país, as medidas do governo para o planejamento do retorno às aulas presenciais no estado, além das reportagens da edição impressa.

Aulas presenciais devem reiniciar somente em setembro no RS

Novo planejamento do governo estadual prepara retorno gradual para escolas públicas e privadas, mas somente com atividades remotas em julho.



Foto: Gustavo Mansur / Palácio Piratini

Estamos dando pessoas de bandeja para o vírus infectar, afirma reitor da UFPel

Coordenador da maior pesquisa nacional sobre o Covid-19, Pedro Hallal defende 15 dias de isolamento total da população do país para controlar a pandemia de coronavírus.

Brasil deverá atingir 1 milhão de casos e 50 mil mortos por coronavírus até o dia 20

Ferramenta criada pelo Instituto de Informática da Ufrgs busca similaridades no mundo e faz projeções baseadas no comportamento do vírus em outros locais.

Universidade demite pela internet e alunos protestam

A Uninove tem cinco unidades no estado de São Paulo, mais de 50 polos de educação a distância por todo o Brasil e cerca de 150 mil alunos.

"Temos um grileiro de terras na presidência da República"

O ambientalista Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, traz novos e alarmantes dados sobre a destruição da Amazônia e critica as políticas "antiambientais" de Bolsonaro.

Há uma epidemia de violência doméstica dentro da pandemia

por Flávio Ilha
fotografia Igor Sperotto

Apesar das estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) indicarem uma queda de 45% no número de feminicídios em maio no estado, a violência doméstica segue assombrando a população feminina gaúcha, especialmente na pandemia do novo coronavírus. Comparando os registros oficiais dos cinco primeiros meses de 2020 com igual período do ano passado, os assassinatos de mulheres motivados por questões de gênero tiveram um aumento de 34,4% no Rio Grande do Sul desde janeiro – 11 vidas perdidas a mais que em 2019, no mesmo período.

E se considerarmos que outros indicadores, como tentativas de feminicídios, ameaças e lesões corporais, tiveram redução, é possível dizer que os gaúchos foram mais eficientes na arte de matar suas mulheres durante a quarentena. É um fato.

A epidemia de feminicídios, porém, atinge todas as classes, mulheres de todas as idades, em todas as regiões do país. Em São Paulo, segundo o Fórum Brasileiro da Segurança Pública, a alta nos feminicídios foi de 46% em março de 2020, no início da quarentena. Outros indicadores reforçam a tendência: aumento nas prisões em flagrante em casos de violência doméstica e de medidas protetivas determinadas pela Justiça.

Em todo o país, o índice, segundo a mesma fonte, foi de 22%. Isso se não considerarmos a subnotificação, que constitui uma outra pandemia na visão da advogada especialista em casos de violência contra mulheres Gabriela Souza. “Se eu falar que esses números das tabelas oficiais representam 20% do total de ocorrências, estarei sendo otimista”, lamentou a advogada.

A subnotificação é ainda maior durante a quarentena, segundo ela, porque a rede de apoio está fechada, o que dificulta a tentativa de registrar os casos de agressão. A advogada refuta a tese otimista da SSP com duas frases: “Nunca trabalhei tanto na vida. A força das agressões se tornou muito mais letal”.

Após a separação, há cerca de dois anos, passou a ser seguida constantemente pelo ex-marido, teve sua vida pessoal devassada, deixou de frequentar locais públicos e também de se relacionar pelas redes sociais com amigos e amigas.

“Estamos muito ocupados”

Isso sem falar no assédio moral, na ofensa, nas agressões verbais que, na maioria das vezes, nem sai de casa. Como no caso da estudante de pós-graduação que a reportagem do *Extra Classe* entrevistou no início de junho. Sem querer se identificar, com medo de represálias, ela registrou dez boletins de ocorrência (B.O.) contra o ex-companheiro num intervalo de dois anos. Difamada entre os amigos pelo agressor, seguida e ameaçada, além de ofendida em público, a mulher já obteve três medidas protetivas, sem muito resultado.

“Parece que se não deu tiro, facada ou soco não é grave. Não adianta nem pedir ajuda”, contou. Antes de obter a terceira medida protetiva, no dia 14 de abril, a estudante foi à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) em Porto Alegre e não conseguiu registrar a ocorrência. “Quando perceberam que não havia marca de agressões físicas, disseram para fazer B.O. on-line, pois estavam muito

ocupados”, disse à reportagem.

A mulher, que vive num condomínio confortável no centro da capital, conta que após a separação, há cerca de dois anos, passou a ser seguida constantemente pelo ex-marido, teve sua vida pessoal devassada, deixou de frequentar locais públicos e também de se relacionar pelas redes sociais com amigos e amigas. Além disso, planeja deixar a cidade para se ver “livre do pesadelo”. Ela critica o sistema oficial de proteção e diz que foi salva pela Força-tarefa da Assembleia Legislativa.

“Minha vida foi arrancada de mim completamente. Vivo assustada, com medo, olhando para os lados. Meu agressor furou constantemente as medidas protetivas, mas nunca foi importunado por isso. Ele perseguiu irmãos, cunhados, meus pais. Espero que receba uma pena bem dura pelo que fez, mas como não me esfaqueou, nem me desfiou a socos, vai ter que pagar só umas cestas básicas”, lamentou.



Segundo Nana Sanches, uma das coordenadoras da Casa Mirabal, a estratégia foi priorizar os acolhimentos

Previsão orçamentária das políticas para as mulheres no RS (em mil reais)

2014	10.073
2015	10.562
2016	335
2017	841
2018	180
2019	120
2020	20

Fonte: Força-tarefa Interinstitucional de Combate aos Femicídios/ALRS

Registros de violência contra a mulher

2019	Ameaça	Lesão	Feminicídio	Tentativas	2020	Ameaça	Lesão	Feminicídio	Tentativas
JAN	3.765	2.116	3	44	JAN	3.670	2.145	10	32
FEV	3.214	1.820	1	23	FEV	3.417	1.987	5	28
MAR	3.457	1.949	11	25	MAR	2.813	1.804	12	23
ABR	3.085	1.719	6	37	ABR	2.166	1.291	10	18
MAI	2.893	1.499	11	31	MAI	2.276	1.207	6	37
	16.414	9.103	32	160		14.342	8.434	43	138

Fonte: SSP/RS

NÓS CUIDAMOS DOS
DIREITOS DOS PROFESSORES

Assessoria Jurídica
especializada nas áreas:

TRABALHISTA
PREVIDENCIÁRIA
CÍVEL

Agende seu atendimento:
☎ (51) 98060.3579

CAINELLI
ADVOGADOS
OAB/RS 2.365



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

As múltiplas faces do avanço do mercado privado sobre a água

Passa a ser obrigatória a abertura de licitação, o que pode abrir as portas para uma entrada massiva de empresas privadas em um setor onde, hoje, empresas públicas atendem 70% da população

No dia 24 de junho, o plenário do Senado aprovou, por 65 votos favoráveis e 13 contrários, o PL 4162/2019, que trata de regulação da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. A aprovação do projeto foi comemorada, pelos seus defensores, como um "avanço para a universalização dos serviços de saneamento básico no Brasil", que poderiam receber investimentos de até R\$ 700 bilhões, por meio da entrada do setor privado no setor. Os críticos do projeto, porém, afirmam que se trata de um retrocesso que abre as portas para a privatização da água, tanto no acesso quanto no abastecimento, um bem que deveria permanecer de uso público e comum. A aprovação do PL 4162 é mais um capítulo do processo de avanço do setor privado sobre a água, um processo que não se limita ao saneamento.

A legislação atual já permite a participação privada no setor. Hoje, municípios e o Distrito Federal podem realizar a prestação de serviços de tratamento de água e esgoto de três formas: 1) diretamente, quando empresas públicas executam essas atividades; 2) indiretamente, por meio de contratos de concessão realizados por meio de licitações; 3) por uma gestão associada a consórcios públicos, por meio de um contrato. O PL 4162 retira a autonomia dos municípios e do Distrito Federal para escolher o modelo de prestação desses serviços e acaba com a possibilidade de gestão associada do Estado com os municípios,

via a assinatura de um contrato de programa. Além disso, estabelece prioridade no recebimento de recursos federais para os municípios que efetuarem concessão ou privatização dos serviços de tratamento de água e esgoto.

Uma das mudanças mais importantes introduzidas pelo novo PL é a retirada da autonomia dos estados e municípios do processo de contratação das empresas que distribuirão água para as populações e cuidarão do saneamento. Passa a ser obrigatória a abertura de licitação, o que pode abrir as portas para uma entrada massiva de empresas privadas em um setor onde, hoje, empresas públicas atendem 70% da população. Os defensores do projeto argumentam que o Estado não tem recursos para garantir a universalização dos serviços de abastecimento e tratamento de água e que isso não pode ser feito sem recursos privados.

Para o deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ), o argumento da falta de recursos para a universalização do acesso é falacioso. Segundo o deputado, as empresas privadas que vierem a assumir o setor vão solicitar empréstimos aos bancos públicos, com juros baixos, com prazo de pagamento longo, quando essas linhas de financiamento poderiam ser disponibilizadas para as empresas públicas.

A experiência internacional com o modelo de privatização no setor da água não tem sido positiva. Segundo o Instituto Transnacional da Holanda (TNI), entre



2000 e 2017, 1,6 mil municípios de 58 países tiveram que reestatizar serviços públicos. Foram ao menos 835 remunicipalizações e 49 nacionalizações, sendo que mais de 80% ocorreram de 2009 em diante. Entre as cidades que privatizaram esses serviços a partir da década de 1990, Berlim, Paris, Buenos Aires, Bogotá, Atlanta, La Paz e Jacarta, entre outras, retomaram o modelo público em função das promessas não cumpridas da privatização.

Hoje, corporações como Coca-Cola, Nestlé, Pepsi-Cola, Suez e Evian vêm aumentando sua participação no "mercado da água", intervindo direta ou indiretamente na soberania de países para ampliar o acesso privado à água. Coincidentemente, o relator do PL foi o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que tem, entre as várias empresas que controla, uma das maiores

produtoras de Coca-Cola no Brasil. O grupo Jereissati comanda a Calila Participações, única acionista brasileira da Solar, uma das 20 maiores fabricantes de Coca-Cola do mundo e a segunda maior engarrafadora do produto no Brasil. O mesmo Jereissati apresentou, em 2017, o PL 495, que estabelece a criação dos "mercados da água", prioritariamente em áreas "com alta incidência de conflito pelo uso de recursos hídricos".

Em nota, o Movimento dos Atendidos por Barragens (MAB) denunciou que a privatização do saneamento está ligada diretamente à tentativa de privatização da Eletrobras, maior empresa de energia da América Latina. Com a privatização da Eletrobras e a aprovação do PL 495, a outorga dos principais rios do país passará para o controle de empresas privadas estrangeiras, alertou o MAB.



Foto: Igor Sperotto

Pequenos e médios representam 99% do total de CNPJs e respondem por 52,2% dos empregos formais

Governo deixou 99% das empresas sem políticas efetivas

por Flavia Bemfica

Cinco meses após a confirmação do primeiro caso de coronavírus no Brasil e quatro desde o início do afastamento social e das restrições de atividades, o país segue sem políticas efetivas para garantir algum futuro a micro e pequenos empreendimentos. Não há pesquisa de fôlego sobre o quanto a anunciada 'quebradeira' impactará. Mas vai. Conforme levantamento do Sebrae, pequenos e médios representam 99% do total de CNPJs e respondem por 52,2% dos empregos formais. As iniciativas existentes, como concessão de crédito, reduções de jornadas e salários, assim como a suspensão de contratos de trabalhadores são meramente emergenciais e aceleram a recessão

Há hoje, conforme dados da Receita Federal, 15,1 milhões de empresas optantes pelo Simples, dois terços delas (10,1 milhões) de microempreendedores individuais, os chamados MEIs: negócios tocados individualmente ou que possuem até um funcionário. O RS é o estado com o quinto maior número de optantes pelo Simples no país, com 1 milhão de empresas com este enquadramento, das quais 617.467 são MEIs. De governos, esses empresários ouvem que precisam se adequar a um conceito teórico elástico de 'novo normal', que de fato ninguém sabe como ou se funciona. De entidades, que devem pressionar para permanecerem abertos, não raro à revelia da questão sanitária, ou como se as atividades conseguissem caminhar desvinculadas do rol de temores referentes à doença, que vão do receio do contágio dos dois lados do balcão às incertezas sobre funcionários, produção, compras e manutenção de clientes.

Conforme a professora Wendy Haddad Carraro, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), os setores mais atingidos pela crise entre micro e pequenos são os que dependiam exclusivamente do cliente presencial: os de alimentação fora de casa, transporte por aplicativos, estética e beleza, moda, varejo em geral, turismo e serviços de educação infantil. Ela assinala que para parte dos setores há alternativas possíveis. Elas passam, principalmente, por conseguir chegar ao cliente que deixou de frequentar um ponto físico, manter a necessidade do produto ou serviço ou criar novos. "Este caminho se dará via tecnologia. Não é algo simples de ser implementado, é uma mudança de paradigma muito forte para alguns empresários. As estratégias passam ainda por ter o contato dos clientes via on-line e estabelecer uma relação mais próxima, ou explorar produtos e serviços úteis neste período".

CRÉDITO – Na prática, nacionalmente, proliferam anúncios de créditos e benefícios aos quais os empreendedores apontam dificuldade de acesso. No RS, isto se soma ao modelo de Distanciamento Controlado implementado pelo governo estadual, tentando atender a demanda de setores ansiosos por funcionamento, mas que impõe uma realidade de 'abre e fecha', já entendem empresários, penaliza tanto ou mais do que o fechamento. No interior, a confusão gerada pela sobreposição de decretos estaduais e municipais se soma à falta de estrutura de prefeituras para mapear diferentes atividades.

Medidas não ajudam pequenas e médias empresas

O Banco Central lista quase 30 medidas adotadas como parte do enfrentamento ao coronavírus, entre elas a dispensa de provisionamento para renegociação de operações de crédito e a diminuição do capital requerido para operações de crédito destinadas a pequenas e médias empresas, e dá destaque ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído em abril pela Medida Provisória (MP) 944/2020. Para colocar o programa de pé, a União transferiu R\$ 34 bilhões ao BNDES, que faz o repasse dos recursos às instituições financeiras interessadas, e elas então concedem crédito para financiar, por dois meses, a integralidade de folhas salariais das empresas. Até 15 de junho, conforme os dados do BC, haviam sido concedidos R\$ 3,9 bilhões em empréstimos, atingindo 1,8 milhão de empregados de 105.240 empresas financiadas. O Pese, contudo, atende as que têm faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões (quem fatura até R\$ 360 mil/ano ficou de fora). Exige que o beneficiário tenha folha de pagamento processada por instituição financeira que participe do programa. E financia, no máximo, dois salários mínimos por trabalhador.

No início de junho, via MP 975/20, o governo federal anunciou outro auxílio para empresários relacionado ao enfrentamento ao coronavírus, com a meta de, então, dar início a sua operacionalização em 30 dias. De novo, contudo, os menores ficaram de fora. O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) é destinado a atender empresas com renda bruta anual a partir de R\$ 360 mil e até R\$ 300 milhões.

“Estas medidas provisórias que o governo vem editando não são para os pequenos. A maioria das empresas do Simples, inclusive restaurantes e pequeno comércio, não fatura R\$ 360 mil ao ano. MEI fatura menos de R\$ 81 mil ao ano. A realidade que observamos entre nossos clientes é que a maior parte não consegue crédito. Os poucos que cumprem os requisitos, quando buscam as linhas, os bancos solicitam tantas garantias que acabam não conseguindo aderir. E a parte que consegue os recursos, eles são insuficientes para dar a volta, porque os consumidores também estão sem dinheiro”, explica o contador e publicitário Marcelo Benvenuti.

A professora Wendy Haddad Carraro completa que, embora o governo tenha liberado dinheiro

para os bancos fornecerem crédito, este não está sendo concedido porque os pequenos empreendedores não conseguem demonstrar que podem cumprir com as garantias exigidas. “Precisam mostrar que têm vida própria, ou seja, que o capital gira, mas o cenário não permite isto. Poucos estão conseguindo crédito com os benefícios divulgados pelo governo. O que tem ocorrido é que pequenos empresários vêm utilizando seus próprios recursos ou buscado fontes de financiamento mais caras. É urgente que o poder público articule possibilidades e viabilize as liberações. Alguém precisa fomentar, assumir o risco, ou mais empresas irão quebrar nos próximos meses”, projeta a professora.

Entre o Pese e a Peac, o governo federal também lançou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei 13.999/20. E ao qual prometeu aportar R\$ 15,9 bilhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para servir de garantia nas operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras que aderirem ao programa, já que a fonte de recursos para sua execução deve partir das próprias instituições operado-

ras. Destinado a empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, o programa tem taxa atrativa (no máximo a Selic mais 1,25% ao ano) e permite a contratação de empréstimos para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento ou despesas operacionais, como pagamento de salário de funcionários, de contas de água, luz, aluguel e compra de mercadorias, por exemplo.

Mas, de novo, é difícil ou demorado conseguir o dinheiro. Para se ter uma ideia, a lei foi sancionada em 18 de maio. A partir de então, entre quem buscou a linha, se tornou comum a reclamação de que os bancos não tinham informações sobre o programa. Só 24 dias depois, em 10 de junho, o governo federal lançou o FGO para avaliar os empréstimos. E se passaram mais seis dias para que a Caixa Econômica Federal (CEF) anunciasse, em 16 de junho, o início da liberação da parte que ela vai operar do crédito emergencial, por etapas. A fatia da CEF, conforme especificado pela própria instituição durante o anúncio, está distante do montante de R\$ 15,9 bilhões. A Caixa vai disponibilizar R\$ 3 bilhões. O equivalente a um quinto do total prometido para o socorro.

Descompasso entre o discurso e a realidade

Um paralelo entre a situação da capital gaúcha, Porto Alegre, e os prazos dos programas governamentais de auxílio dá uma ideia do descompasso entre a realidade vivida por micro e pequenos empreendedores e a execução das políticas governamentais de socorro econômico em função da pandemia. Antes que começasse a acontecer qualquer liberação de recursos, Porto Alegre teve uma primeira fase, entre 20 de

março e 22 de abril, de medidas rigorosas de restrição ao funcionamento de diferentes atividades. Entre o final de abril e o início de junho foram sendo feitas flexibilizações contínuas, que estacionaram na segunda quinzena do mês, quando as restrições foram retomadas em patamar semelhante ao do final de março. Em resumo: a maior parte das atividades econômicas fechou, abriu e fechou de novo. E o socor-

ro financeiro não chegou ou, quando chegou, não foi suficiente para acertar as contas. Agora, na capital, e em outras partes do estado, um sem número de donos de pequenos negócios não sabe o que fazer em relação a funcionários que primeiro tiveram contratos suspensos, depois foram chamados de volta ao trabalho e, na sequência, precisaram parar de novo.

“Um planejamento de fato po-

deria ter consistido em uma linha de crédito que permitisse às empresas se sustentarem fechadas durante três meses, com prazo de carência de 12 meses, de modo a que conseguissem se recuperar. Mas não houve planejamento e o que vemos é a política do ‘cada um se vira como pode’. Desta forma, só o que se pode projetar é que o segundo semestre seja pior do que o primeiro”, estima Benvenuti.



Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed | CCG Saúde | UNIODONTO

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

A polícia que mata por engano, mas não erra a cor da pele

por Flávio Ilha

Descontroladas e cada vez mais violentas, as PMs de todo o país recrudesceram seu histórico de abuso, principalmente contra populações mais vulneráveis, e bateram recordes de agressão mesmo durante a quarentena provocada pelo novo coronavírus. No Rio Grande do Sul, caso que provocou a morte da costureira Dorildes Laurindo chocou pela brutalidade extrema

O sonho do turista angolano Gilberto Andrade de Casta Almeida, 26, era conhecer Gramado. "Dizem que é lindo, com jardins bem desenhados, muito verde, um clima frio", diz o bacharel em Radiologia. Mas, ao invés de se encantar com os delírios europeus da Serra gaúcha, Gilberto – ou Mimito, para quem o conhece um pouquinho melhor – foi apresentado no Rio Grande do Sul ao *modus operandi* da Brigada Militar (BM). Há uma notável diferença entre uma coisa e outra.

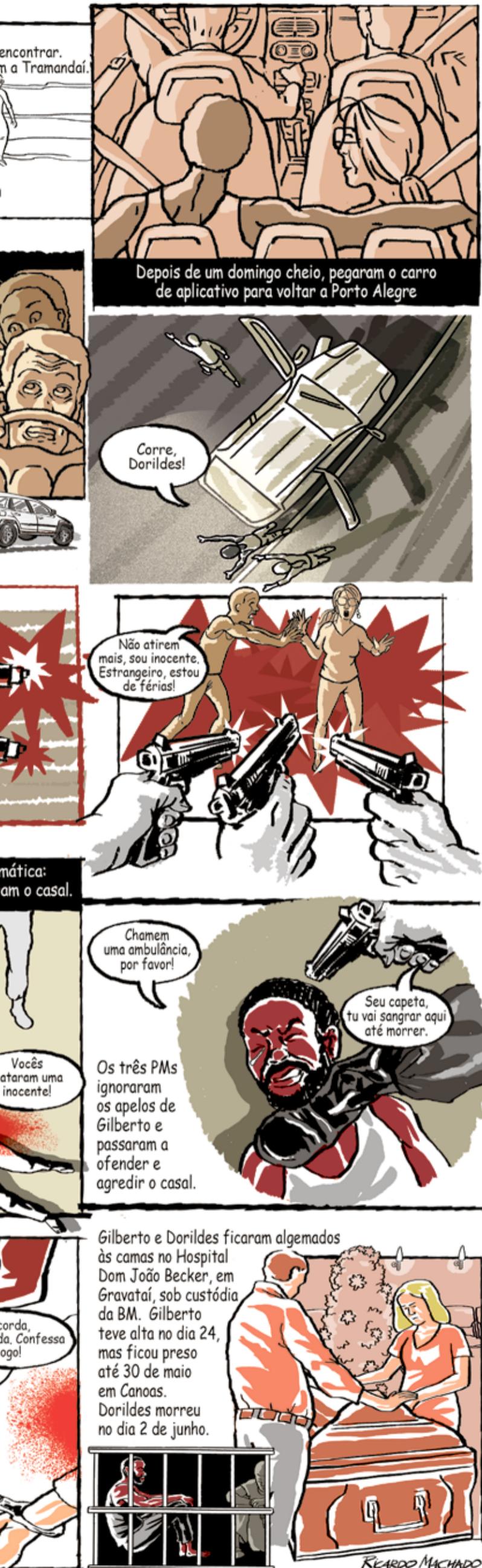
Gilberto escapou da morte por

acaso. Na noite de 17 de maio, um domingo, depois de conhecer o mar gaúcho em Tramandaí, o angolano e sua namorada, a costureira Dorildes Laurindo, 53, foram atacados por uma patrulha da BM quando voltavam para a casa dela, em Cachoeirinha, a bordo de um carro de aplicativo. Segundo a perícia, foram 35 tiros de pistola, dos quais quatro acertaram Gilberto e três atingiram Dorildes. Ela morreu no dia 2 de junho. Gilberto, que ficará com duas balas alojadas no corpo para sempre, sobreviveu para contar a história.

Longe de ter sido um "engano",

como alegaram as autoridades policiais do Estado logo depois da tentativa de execução, o caso de Gilberto e Dorildes mostra que as Polícias estão fora de controle – não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país. A patrulha que atacou o casal era composta por três PMs do 17º Batalhão de Polícia Militar, de Gravataí, que perseguiu o Palio dirigido pelo motorista Luis Carlos Pail Junio depois de ele ter furado um sinal em Cachoeirinha. Quando Gilberto e Dorildes saíram do carro, receberam uma sarraivada de balas Intencional.





As cenas de horror que se seguiram foram chocantes. “Os policiais não falaram nada, estavam a poucos metros de nós e atiraram assim que saímos do carro. Não nos deram voz de prisão, de advertência, nada. Só atiraram. Nós gritamos que éramos inocentes, que não tínhamos armas, mas não adiantou. Eles atiraram para matar”, relata Gilberto.

O motorista, poucos segundos antes, havia abandonado o Pálio e tentou fugir, mas foi capturado. Soube-se depois que era foragido da Justiça. A BM alegou que houve tiroteio, mas a perícia desmentiu a informação. Não havia nenhuma arma no carro do aplicativo. Também não havia nenhum outro cartucho na cena do crime, além dos disparados pelos policiais.

O pesadelo de Gilberto e Dorildes começou por volta das 23h do domingo, quando o casal se aproximava da casa da costureira, em Cachoeirinha, depois de deixarem um terceiro passageiro que viajara com eles na Rodoviária de Porto Alegre. Separada, dona de dois cachorros, Dorildes morava sozinha e não quis voltar na manhã seguinte de Tramandaí, onde seu irmão tem casa de veraneio, porque os animais sentiriam a sua falta, apesar de terem passado o fim de semana com um caseiro.

“Ela era muito apegada aos bichos, que eram sua única companhia desde que o filho morreu em um acidente na estrada, há dez anos. E por isso, tinha trauma de velocidade. Nunca saía de casa, detestava andar de carro. Mas estava muito feliz por ter conhecido o Gilberto, tinha uma expectativa grande com o relacionamento”, lembra a irmã, Marjori Maria Homes Luciano.

Dorildes foi quem recebeu o primeiro tiro, que atravessou seu abdômen. Gilberto lembra que viu a namorada levar a mão à barriga para tentar conter o sangramento e que, por instinto, derrubou-a para tentar evitar outros balaços. Mas logo sentiu seu joelho direito ser atingido também. E caiu.

“Depois não vi mais nada, só pensei em ficar vivo. E em ficar quieto, porque se me vissem com vida certamente me matariam”, relata o turista. Gilberto recebeu mais três tiros: além do joelho, um na coxa, outro no glúteo e o último no antebraço. Todos do lado direito do corpo, já que o casal buscava abrigo num caminhão estacionado bem próximo ao local.

A mulher não teve a mesma sorte: além do primeiro projétil no abdômen, Dorildes recebeu outro balaço na barriga e um terceiro tiro nas costas, que a deixaria paraplégica se sobrevivesse. Desmaiou por alguns instantes, o que não impediu mais violência por parte da Brigada.

“No hospital, ela me relatou momentos de profundo pavor. Mesmo gravemente ferida, implorando por ajuda, os policiais pisaram na sua cabeça e pediam que confessasse alguma coisa aos gritos de ‘vagabunda’ e ‘bandida’. Gritavam que ela levantasse, chutaram as costas dela, e depois a algemaram”, conta a irmã. Dorildes teve perfurações no intestino, nos pulmões e nos rins.

Gilberto igualmente teve a cabeça imobilizada pelo coturno de um brigadino, mesmo ferido e dominado. Também levou chutes, foi ofendido, chamado de “capeta” e “exu” – o radiologista é negro – e algemado. Ele diz que só não foi assassinado porque logo em seguida apareceram vizinhos e curiosos na rua, o que amenizou a ação violenta da BM.

A ambulância chegou somente 20 minutos depois, o que pode ter sido decisivo para a morte de Dorildes. E, apesar de portarem documentos, os dois deram entrada no Hospital Dom João Becker, em Gravataí, como indigentes. Só foram encontrados pela família da costureira na terça-feira, dia 19 de maio, quase 48 horas depois do crime. “Eu e meu irmão estamos muito abalados com a morte dela. Que processo seletivo é esse que contrata bandidos para nos defender?”, questiona Marjori.

O turista angolano, que mora em Goiânia e conheceu Dorildes pela internet há cinco meses, ficou algemado à cama do hospital por uma semana depois das cirurgias a que teve de ser submetido. Depois, no domingo seguinte, passou uma noite na cela da Delegacia de Homicídios de Gravataí até ser transferido, no dia 23 de maio, para a Penitenciária Estadual de Canoas, mesmo sem nenhuma acusação formal contra ele. Ficou preso numa cela com outro homem até o dia 29, quando foi liberado por decisão judicial.

Gilberto segue se recuperando em Porto Alegre, abrigado pela Associação dos Angolanos e Amigos do Rio Grande do Sul (AAARS). Sem dinheiro, perdeu o emprego na clínica de traumatologia em que trabalhava e corre o risco de não se reabilitar a tempo de cumprir, em setembro, o programa de mestrado em Ciências Biomédicas para o qual já está selecionado, em Portugal. “Tive a minha vida destruída e não sei quanto tempo será preciso para reconstruí-la, se isso for possível”, diz. “Gramado, infelizmente, terá de ficar para outra vez”, completa.

Sobre o *modus operandi* da Brigada Militar, resume com uma frase: “Nunca encontrei homens tão maus na minha vida”.

Descontrole das corporações vitima principalmente pobres e negros

O descontrole das Polícias Militares em âmbito nacional é um fato, como comprovam as estatísticas: tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, os números referentes a 2020 são recordes. No Rio, segundo levantamento do Instituto de Segurança Pública (ISP), as mortes de civis provocadas por policiais se elevaram de 732 entre janeiro e maio de 2019 para 741 em 2020 – mesmo com as restrições provocadas pela quarentena.

Em São Paulo, o cenário é bem semelhante: as mortes provocadas por agentes do Estado subiram de 282 no ano passado para 371 este ano. Os dados são referentes ao período de janeiro a abril. Só no último mês de abril, em plena qua-

rentena, houve 41 registros a mais de mortes do que em 2019: 116 em 30 dias ou um assassinato a cada 6 horas. É uma alta de 54% em relação ao mês anterior, segundo dados da própria Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

As vítimas, além disso, são predominantemente homens jovens negros e moradores de regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. Em abril, o engenheiro Gustavo do Amaral dos Santos, 28, foi morto a tiros pela BM em Marau, norte do Rio Grande do Sul, depois que um veículo furou uma barreira policial na RS-324. Gustavo era negro.

Ele dirigia o carro com outros colegas e ficou na linha de tiro entre o suspeito e os policiais, que

foram investigados pela Corregedoria da Brigada. Um soldado foi indiciado, mas a denúncia ainda depende da Justiça Militar e do Ministério Público. A Polícia Civil, no inquérito que apurou a morte, alega que o brigadiano atirou em Gustavo em “legítima defesa putativa” – ou seja, imaginária.

O pesquisador Rafael Alcadi-pani, da Fundação Getúlio Vargas e do Fórum Brasileiro de Segurança, destaca que as Polícias precisam urgentemente reverter seus índices de letalidade. “É alarmante. Precisamos atuar de forma política para reformar os códigos de conduta das Polícias, que têm envergonhado os bons policiais das corporações”, diz o especialista.

Alcadi-pani também lembra que a violência policial instaura uma espécie de “justiça das ruas”, ou seja, uma cultura de vingança que contraria os protocolos-padrão de procedimento. A falta de treinamento e de comando são essenciais para a proliferação de procedimentos ilegais.

Também diz que é preciso alterar os procedimentos investigatórios para que o corporativismo da tropa não gere impunidades. “Todas as ocorrências suspeitas devem ser investigadas pelas corregedorias das Polícias Militares. Infelizmente, não é o que ocorre”, afirma o pesquisador. E completa: “Se bandido bom fosse bandido morto, o país seria um paraíso. Mas isso não é verdade”.



Foto: Igor Sperotto

Gilberto lembra que viu a namorada levar a mão à barriga para tentar conter o sangramento e que, por instinto, derrubou-a para tentar evitar outros balaços. Mas logo sentiu seu joelho direito ser atingido também

Governo federal excluiu dados de violência policial de relatório

Em junho, o governo federal excluiu do relatório anual sobre violações de direitos humanos as ocorrências sobre violência policial, que aumentaram 1,5% em 2019 (os últimos dados disponíveis) segundo Monitor da Violência, produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP em parceria com o portal G1. O indicador registrou 5.804 mortes provocadas por agentes públicos em 2019 em todo o país. O Ministério Público Federal (MPF) pediu a reinserção dos dados no relatório.

“A retirada dos dados sobre violência policial do relatório anual rompe com um padrão de divulgação adotado pelos governos nos últimos anos. Ocorre também em um momento de crescimento mundial da discussão sobre a violência policial, com protestos contra o racismo iniciados nos Estados Unidos após a morte de George Floyd, homem negro, por um policial branco”, justificou o MPF em nota.

No Rio Grande do Sul, os dados sobre violência policial não são públicos. Segundo o núcleo da Defensoria Pública do Estado, que atende casos de violência policial, no primeiro semestre de

2017 havia oito ocorrências por hora no estado envolvendo condutas suspeitas de PMs. A Corregedoria da Brigada Militar não divulga dados. A reportagem do Extra Classe pediu à Ouvidoria da corporação informações sobre mortes causadas por policiais, mas até o fechamento da edição o órgão não havia respondido.

O 17º BPM, de Gravataí, é conhecido por registros elevados de abuso policial: dois dos policiais que participaram da abordagem a Gilberto e Dorildes respondem a procedimentos de investigação – um deles, o soldado Régis Souza de Moura, já teve condenação em primeira instância na Justiça por invasão de domicílio e agressão, em episódio ocorrido em 2016. Moura responde ainda a outros dois processos, todos por abuso. O 3º sargento Marcelo Moreira Machado, além disso, é investigado em um Inquérito Policial Militar (IPM) por uma abordagem que resultou em um suspeito baleado.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH), que tabula as denúncias de violência policial, confirma que o 17º BPM “reúne uma

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil



Caso ocorrido no centro de São Paulo no final de junho

boa quantidade de registros” em âmbito estadual. O presidente do MJDH, Jair Krischke, identifica na tolerância do governo federal um risco para o descontrole das forças policiais militares. “As PMs

se sentem muito prestigiadas pelo presidente. Há potencialmente um risco enorme de morderem o freio”, diz Krischke, referindo-se a uma situação de perda de controle da tropa por parte dos comandos.

MAIS RENDA PARA VOCÊ VIVER BEM O SEU FUTURO.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387

www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO
FAMÍLIA
PREVIDÊNCIA



Sindicatos retomam negociações para renovação das Convenções e do Acordo Coletivo Plúrimo

As tratativas, iniciadas em março, foram suspensas em função da pandemia de coronavírus, e a validade das Convenções e Acordo Plúrimo de Trabalho 2019 foi estendida até o final de junho. Na mesa das negociações está o reajuste salarial e a manutenção de todos os direitos dos professores que atuam na educação básica e na educação superior

por Valéria Ochôa

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), o Sindicato Patronal (Sinepe/RS) e o coletivo das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) retomaram no início de junho as negociações para a renovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) da educação básica e superior e do Acordo Coletivo Plúrimo de Trabalho, que regulamenta o salário e as condições de trabalho nas Ices. As reuniões estão ocorrendo semanalmente de forma virtual.

Com a suspensão das negociações em função da pandemia, o Sindicato dos Professores negociou com as representações patronais a prorrogação do prazo das CCTs e do ACT de 2019 até o dia 30 de junho.

No centro das negociações na Câmara da educação superior Sinpro/RS e Sinepe/RS estão a reposição da inflação do período (3,92% pelo INPC), a flexibilização dos prazos de pagamento do 13º salário e a extensão do prazo da estabilidade aos aposentados, a partir da Reforma da Previdência.

"Na educação superior, o cenário é extremamente complexo. A crise foi acentuada com a pandemia", relata Marcos Fuhr, diretor do Sindicato. "As instituições alegam perda expressiva de matrículas".

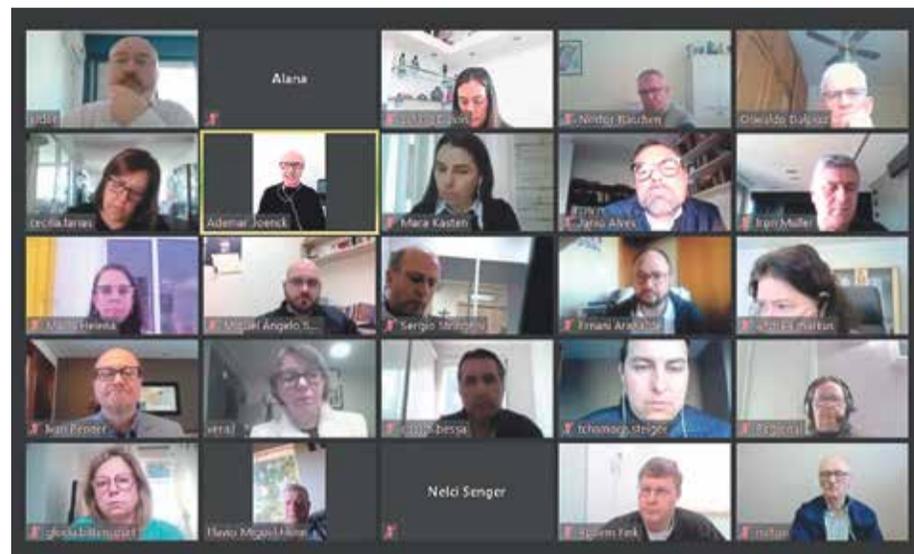
Na Câmara da educação básica, centralizam as tratativas o reajuste salarial, a proibição de demissão dos professores no início do ano letivo, a remuneração de materiais produzidos para as redes, a mesma duração da hora-reunião e da hora-aula, estabilidade do aposentado, adaptação aos novos prazos e a proibição da gravação de aulas pelos alunos sem autorização do professor.

"Com a pandemia do Covid, o Sindicato redobrou o atendimento às necessidades dos professores e também intensificou a defesa de direitos na negociação anual para renovação da Convenção Coletiva. No momento, estamos envidando todos os esforços para garantir salário e condições dignas de trabalho", expõe Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

IDIOMAS

Professores definem reivindicações

Os professores que atuam nas escolas de idiomas aprovaram em junho, em Assembleia geral extraordinária, realizada de forma virtual, a pauta de reivindicações para a negociação salarial entre Sinpro/RS e o Sindicato Patronal (Sindiommas), com vistas à renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os Sindicatos iniciaram ainda em junho as



Reuniões ocorrem semanalmente de forma virtual

COLETIVO DAS ICES – Até o fechamento desta edição, foram realizadas duas reuniões com vistas à renovação do Acordo Coletivo de Trabalho Plúrimo, com abrangência para as 14 instituições comunitárias de educação superior – Feevale, PUCRS, UCS, Unicruz, Unijui, IPA, La Salle, Unisc, Unisinos, Univates, UCPel, UPF, Urcamp e URI. No centro das discussões com o coletivo está o reajuste salarial de 2020.

NEGOCIAÇÕES POR INSTITUIÇÃO – O Sinpro/RS realizou 122 Acordos Coletivos de Trabalho com instituições de ensino, de diferentes regiões do estado, durante o período da pandemia – março a junho. Destes, 104 foram na educação infantil, quatro em cursos livres, quatro na educação básica, um na educação profissional e nove na educação superior.

"A preocupação do Sinpro/RS foi primeiramente com a manutenção do emprego e do salário dos professores", destaca Cássio Bessa, diretor do Sindicato. "Firmamos Acordos coletivos em patamares com mais garantias para os docentes do que o autorizado pela MP 936, editada pelo governo federal e validada pelo STF".

MENSALIDADES – Ao longo do período da pandemia, o Sindicato dos Professores se manifestou publicamente contrário às iniciativas que visam à criação de lei e/ou determinação judicial que estabeleça redução linear das mensalidades.

"Na maioria das instituições de ensino privado as aulas continuam sendo realizadas de forma virtual, com os professores trabalhando excessivamente na adaptação dos conteúdos e metodologias para a manutenção da qualidade pedagógica, além das novas demandas que exigiram investimento de muitas instituições de ensino para que pudessem se adaptar ao novo momento de educação a distância", observa Marcos Fuhr. "Defendemos que cada instituição trate pontualmente com as famílias, conforme suas necessidades".

reuniões de negociação.

Entre os principais pontos aprovados estão o reajuste salarial de 3,5%, o que equivale à reposição do INPC do período (3,31%) acrescido de ganho real, e regras de transição para a estabilidade do professor aposentado.

Professores denunciam descumprimentos trabalhistas na Rede Cnec

Os professores das instituições de ensino da Rede Cnec no Rio Grande do Sul decidiram, em Assembleia geral, realizada em junho, denunciar em uma Carta Aberta à comunidade os descumprimentos da legislação trabalhista e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por parte da rede de ensino.

Entre os principais problemas estão os atrasos salariais, referentes aos meses de março, abril e maio, o não pagamento de verbas rescisórias aos professores demitidos no último período, além de recentes decisões unilaterais da Instituição quanto à redução de salário e negociações individuais, diretamente com os docentes, procedimento que não encontra respaldo legal, de acordo com o Sindicato.

O Sinpro/RS já atua judicialmente cobrando as pendências e descumprimentos da Rede Cnec. Ainda em junho, os professores rejeitaram a proposta de acordo enviada pela Instituição sobre as pendências, pois consideraram a proposta insuficiente. Para Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS, a falta de informações da mantenedora amplia as dificuldades. "Os professores não possuem qualquer certeza sobre as condições de trabalho que os aguarda. É um desrespeito àqueles que se dedicam diariamente para oferecer um trabalho de qualidade, mesmo de maneira *on-line*, durante a pandemia do novo coronavírus", explica.

Ainda segundo o diretor, o Sinpro/RS tem acompanhado a situação dos docentes e não permitirá qualquer procedimento lesivo ao contrato de trabalho dos professores. A Cnec tem mais de 200 instituições espalhadas em 19 estados do país. No Rio Grande do Sul, a rede possui mais de 20 unidades, entre escolas de educação básica e de ensino superior.

Foto: Reprodução/site da rede



No Rio Grande do Sul, a rede possui mais de 20 unidades, entre escolas de educação básica e de ensino superior

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers


Apaepers

Período de benefício por incapacidade: conta como tempo de contribuição

Os benefícios por incapacidade são aqueles em que o segurado, acometido de doença, fica por mais de 15 dias afastado de seu labor e, após, recebe auxílio-doença acidentário, ou não, aposentadoria por invalidez acidentária, ou não.

A doença incapacitante afasta o trabalhador de suas atividades regulares e, com este afastamento temporário, estabelece a suspensão do contrato de trabalho, havendo uma 'substituição' pelo sistema de proteção social no tocante à remuneração, passando a ser responsabilidade do INSS a contrapartida econômica e sustento do segurado.

Por longo tempo o INSS interpretou de forma restritiva o período de pagamento destes benefícios. Na visão da autarquia, somente algumas situações manteriam os efeitos do contrato laboral, seja para a contagem do tempo de contribuição, assim como para a carência e, ainda, caso a atividade do segurado fosse exposta a agentes agressivos deixando de computar o período como atividade especial.

As discussões remontam ao período pós-Constituição Federal Cidadã, matérias afins foram objetos de estudos doutrinários e submissão ao debate judicial, sendo aos poucos rechaçadas as restrições promovidas pelo INSS, agora sendo sedimentada interpretação social, em proteção aos trabalhadores e notório reconhecimento da manutenção do contrato e seus efeitos colaterais.

O quanto isto importa em casos concretos? A resposta, de certa forma profunda, é encontrada no que poderá ser a diferença entre o deferimento ou indeferimento de um benefício ou a garantia da condição mais

vantajosa da renda de uma futura aposentadoria deste trabalhador.

Vejamos um exemplo importante, tomando o caso de o INSS não computar este período de carência para aposentadorias programáveis, como a por tempo de contribuição ou idade. Caso negada a soma dos períodos de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, tal ato imporá ao trabalhador manter-se em atividade por igual período de fruição destes benefícios, eis que não contarão para o efeito de carência, cuja tradução consiste na obrigação de um número mínimo de contribuições para o gozo e fruição dos benefícios do sistema previdenciário em geral.

Da mesma forma, a negativa de contagem deste lastro de fruição como tempo de contribuição. Caso um segurado recebesse benefício intercalado por mais de um ou dois anos, ao não serem computados tais períodos na soma do tempo, isto representaria imenso prejuízo, pois acarretaria na obrigação de trabalhar todo aquele período supostamente faltante para obter a concessão da aposentadoria. Além do mais, como a aposentadoria é proporcional ao tempo comprovado, imporá uma redução no percentual da renda e maior perda quanto ao Fator Previdenciário.

Na prática, inúmeros são os benefícios concedidos ou indeferidos (aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial) face à restrição da contagem destes períodos em gozo de benefício por incapacidade, sendo indispensável resgatar os direitos subtraídos, hoje já pacificados na jurisprudência, obrigando o INSS a fazer a sua inclusão e adequar os valores ao direito subtraído.

Rede Metodista mantém pendências salariais

Os professores das escolas e do Centro Universitário Metodista – IPA, da Rede Metodista, continuam amargando com os reiterados atrasos nos pagamentos dos salários. Atualmente, os docentes têm pendentes os salários de dezembro, 13º e o 1/3 de férias, além de metade dos salários dos meses abril e maio. Até o fechamento desta edição, não havia previsão para o pagamento de junho.

Além das pendências, nos últimos meses a Rede Metodista tem reduzido unilateralmente a carga horária dos professores, em função da pandemia do coronavírus. “Eles alegam que as medidas do governo para manutenção de emprego e renda não podem ser aplicadas aos professores horistas, o que não é real”, explica a professora Mar-

got Andras, diretora do Sinpro/RS.

Os problemas enfrentados pelos professores das escolas metodistas e do Centro Universitário no Rio Grande do Sul não é diferente das demais instituições metodistas no país. Recentemente, o diretor-geral, responsável pela parte jurídica da Rede, Rubens Fonseca, pediu demissão por “não compactuar com o que vem acontecendo”.

A professora Margot acentua ainda que a falta de comunicação com a direção metodista tem sido um agravante na situação. “Não há transparência”, observa.

Segundo Margot, o Sinpro/RS tem atuado na defesa dos professores buscando acordos e movendo ações na Justiça do Trabalho contra a Rede Metodista.

PARALISAÇÕES – Em fevereiro



Centro Universitário Metodista – IPA

e março, os professores do IPA decidiram paralisar devido aos atrasos salariais. Da mesma forma, os docentes do Colégio Americano, em Porto Alegre, pararam e limitaram as ações às atividades pedagógicas.

Em maio, após medidas adotadas pela direção do Americano,

consideradas punitivas e intimidatórias pelos docentes, houve nova paralisação. A decisão foi aprovada em Assembleia de Professores em razão da demissão de dois professores e de advertências dadas a sete docentes, sem justificativa, além das pendências salariais.

CEEd/RS

Presidência é recomposta, mas defasagem continua

O Conselho Estadual de Educação (CEEd/RS) concluiu a recomposição da presidência da entidade, no dia 10 de junho, com a eleição e posse do conselheiro Gabriel

Grabowski como 1º vice-presidente. Esse era o único cargo de direção que ainda estava sem titular devido ao término de mandatos.

Desde o dia 16 de abril, o Con-

selho está com dez vagas de conselheiros em aberto por interferência do governo do estado. Com direito a um terço da composição do colegiado, o Executivo estadual deixou de fazer as indicações dos representantes do próprio governo e também das entidades que têm assento no Conselho no prazo previsto pela legislação.

COMPOSIÇÃO – O art. 207 da Constituição Estadual, assim como a Lei estadual 9.672, de 19 de junho de 1992, e suas alterações, definem o CEEd/RS como “órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do Sistema Estadual de Ensino”. Sua composição é de

sete conselheiros escolhidos pelo Executivo e de 14 a partir de listas tríplices de representantes de entidades ligadas à educação das redes públicas e privadas.

As entidades que têm vagas asseguradas no Conselho são o Cpers-Sindicato, o Sinpro/RS, representantes de pais de alunos de escolas públicas e privadas, Sinepe/RS, dirigentes municipais de educação, associações de municípios, ensino superior de formação de professores, estudantes do ensino fundamental e médio. A Apae foi excluída em 2019 por inconstitucionalidade de legislação aprovada em 2000 para sua inserção no colegiado.



Foto: Lucas Nogueira Pares/Seduc

Posse do CEEd-RS, em março de 2019, teve a presença do secretário estadual de Educação, Faisal Karam. Em abril deste ano, governo sinalizou que pretende reduzir a representação popular

SOLIDARIEDADE

Cresce o número de professores em busca de assistência

Mais de 40 professores já foram assistidos pela campanha *Professores Solidários*, nos meses de maio e junho, e a demanda continua crescendo. Segundo a professora Cecília Farias, foram entregues cestas básicas em diversas cidades da região Metropolitana e interior do estado.

A ação, iniciada em abril pelo Sinpro/RS, para atender as comu-

nidades mais vulneráveis atingidas pela pandemia do novo coronavírus, foi estendida para os docentes que perderam seus empregos e renda neste período.

Ao todo, mais 4,5 mil quilos de alimentos já foram distribuídos para instituições, comunidades e pessoas que têm enfrentado dificuldades no último período.

Os professores que precisam

de ajuda da Campanha podem enviar *e-mail* para direcao@sinpro.org.br informando seus dados pessoais e contato.

O site criado na página *Vakinha On-Line* (www.vakinha.com.br/vaquinha/professores-solidarios) já arrecadou, até o fechamento desta edição, R\$ 28,2 mil. A meta estabelecida é R\$ 30 mil. O valor é totalmente revertido para a

compra e distribuição de alimentos. O site é auditado e seguro, exclusivo para campanhas de arrecadação *on-line*.

DOAÇÕES PRESENCIAIS – Na Sede estadual do Sindicato, das 10h às 16h, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 919), podem ser entregues cestas básicas, alimentos não perecíveis, além de roupas e cobertores.

Sinpro/RS questiona os valores apontados na Recuperação Judicial pela Aelbra

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) apresentou impugnação junto ao Administrador Judicial questionando os valores devidos aos professores apontados na Recuperação Judicial (RJ) pela Aelbra. O advogado Caio Zogbi Vitória, da Assessoria Jurídica do Sinpro/RS, diz que os índices adotados para correção dos saldos de FGTS estavam errados, como também não estavam incluídos os valores devidos a título de multa por atraso de salário.

Segundo o advogado, essa fase já deveria estar concluída. Entretanto, com a suspensão dos prazos e das atividades presenciais pelo Poder Judiciário, o acesso aos processos físicos está demorando mais do que o usual. "Uma vez concluída a Relação de Credores pelo Administrador Judicial, a mesma será publicada", expõe Caio.

"A partir desse ato, os credores que ainda entenderem que seu crédito não está correto, ou não tiveram o seu crédito reconhecido, deverão apresentar Impugnação ou Habilitação Retardatária ao Juiz da Recuperação Judicial, afirma Caio".

O Sinpro/RS apresentou, no início de junho, na 4ª Vara Cível de Canoas, objeção aos termos do Plano de Recuperação Judicial (RJ) da Ulbra/Aelbra. O processo de RJ, iniciado em dezembro de 2019, está na fase de verificação das habilitações e impugnações à Relação de Credores apresentada na RJ.

"Além de preservar a Instituição como espaço de trabalho, também queremos garantir os pagamentos dos créditos trabalhistas", destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Outra fase processual importante que ocorre, segundo ele, após a apresentação da Relação de Credores pelo Administrador, é uma Assembleia de Credores. Essa Assembleia analisará o Plano de RJ e discutirá seu futuro, e os questionamentos que foram apresentados ao mesmo.

Diante da suspensão dos prazos e não realização de atividades presenciais pelo Poder Judiciário, a expectativa mais otimista é de que a Assembleia de Credores ocorrerá na segunda quinzena de outubro.

ACORDO COLETIVO – No último dia 28 de maio, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) deu provimento ao recurso do Sinpro/RS e ordenou à mantenedora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), no RS, o cumprimento do Acordo Coletivo para o pagamento das verbas rescisórias a um grupo de mais de 500 professores e funcionários demitidos em 2019.

Entre os profissionais que foram desligados pela instituição, ainda estão cerca de 300 professores abrangidos por esse Acordo. O Sinpro/RS já obtivera uma decisão liminar favorável no mesmo processo, acatada apenas parcialmente pela Aelbra.

Por unanimidade, os desembargadores determinaram que a Aelbra pague os valores em atraso e passe a depositar em dia as parcelas mensais desse Acordo firmado com o Sinpro/RS e os Sindicatos dos funcionários técnicos e administrativos (Sintae/RS e Sintep).

PROCESSO – O passivo trabalhista da Aelbra é de R\$ 492 milhões e as dívidas tributárias chegam a R\$ 5,8 bilhões. A Recuperação Judicial estabelece condições para a recuperação financeira e a manutenção das atividades da Universidade e das escolas de educação básica.



Campus Canoas da Ulbra, uma das instituições mantidas pela Aelbra, que está em processo de Recuperação Judicial

Foto: Ulbra/Divulgação

ALIMENTAÇÃO X PANDEMIA

Comer é bom demais!

Tempos de recolhimento deixam a sala, o quarto e a cozinha próximos demais. Aliás, muitos vão concordar que a cozinha é, de longe, o melhor lugar da nossa casa. Mas o que é fonte de prazer e alegria pode rapidinho se transformar em não tão felizes indicadores de saúde.

Nutrindo a vida, onde tudo começou.

A história da comida e da humanidade nascem juntas, pois é sobrevivência, evolução e também um importante papel na construção da cultura.

Prazer demais, sobrepeso também!

A comida é conforto, emoção, sabor, transmite cultura e constrói vínculos, mas também está diretamente ligada à saúde. Assim, é indiscutível a importância de estarmos atentos a nossa alimentação para de fato compor um estilo de vida saudável e positivo onde o prazer do "comer" estará associado à saúde ao bem-estar e à qualidade de vida.



Na PLATAFORMA SOMOS MOVE temos conteúdos relacionados à nutrição, planos alimentares, receitas deliciosas e ainda uma ferramenta onde você poderá monitorar seu peso corporal.

JUNTOS EM BUSCA DE MUDANÇAS POSITIVAS NO SEU ESTILO DE VIDA!
Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes do SINPRO/RS.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



somos



O mito do bom imigrante

por Gilson Camargo

O mistério em torno do assassinato do padre italiano Antônio Sório, ocorrido no início do ano de 1900, na colônia Silveira Martins, em Santa Maria, desvenda um sistema autônomo de justiça criado por imigrantes italianos dessa pequena comunidade de imigrantes que se instalou no interior do Rio Grande do Sul e viveu de acordo com as suas próprias regras, sem a presença do Estado.

A história contada no livro *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos* (Itália-Brasil), publicado no Brasil em 2016 pela editora Oikos, ganhou uma versão em inglês (*Power in the Village*), lançada em junho deste ano no Reino Unido pelo selo Routledge. De autoria da professora do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, Máira Vendrame, a publicação é um trabalho que utiliza a metodologia micro-história. Em 2015, seu texto recebeu o prêmio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, Sessão Rio Grande do Sul.

A partir da trajetória do sacerdote e de outros imigrantes, a historiadora analisou aspectos relevantes da cultura dos italianos instalados no Brasil no início do século 19. A pesquisa documental revela o papel das redes pessoais na organização dos deslocamentos e adaptação nas comunidades de destino e desvenda as normas comunitárias que regiam os comportamentos dos camponeses italianos, suas práticas autônomas de justiça que, muitas vezes, se davam sem a presença do Estado.

A narrativa mostra a realidade complexa vivida pelos imigrantes, marcada por divisões e conflitos encobertos por uma retórica da paz e indícios que permitiram explorar a versão de um crime de honra envolvendo o religioso. "Esses imigrantes davam muitos problemas para a municipalidade, não queriam pagar impostos, se negavam a prestar serviço militar, não colaboravam com a conservação das estradas. Tudo isso questionava aquele ideal do imigrante ordeiro, pacífico e desejado", revela.

A professora é mestre e doutora em História pela PUCRS, com estágio na Università degli Studi di Genova. Sobre a saga da mesma colônia de imigrantes italianos, escreveu *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1878-1914)*, pela Editora UFSM, em 2007.



Máira Vendrame é professora do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos e seu livro *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas italianas*, de 2016, acaba de ganhar versão em inglês

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Wagner Coriolano de Abreu*

Professor de Literatura e pesquisador. Licenciado em Letras, com mestrado e doutorado em Teoria da Literatura, autor de *Quando o teatro encena a cadeira* (Unisinos, 2001) e *Sempre aos pares* (Carta, 2012), leciona na Oficina de Literatura do Projeto Guardiões da Água (Secult/Semae), em São Leopoldo

Um percurso de educador

A biografia em foco se inscreve em vínculo estreito com práticas e ações da pedagogia, traçando o percurso educativo que funda uma escola multiprofissional. O livro *Otimista e atrevido* (Oikós, 2018), escrito por Daniel da Silva Assum e Udo Ingo Kunert, reconstitui a trajetória de Antônio de Medeiros Nazário, por um eixo que vai da experiência itinerante dos anos de formação e dos lugares por onde passou até a inserção na área da Saúde, como profissional da Enfermagem e professor, e na área da Educação, como sócio proprietário da Escola de Enfermagem da Paz em São Leopoldo, e depois fundador da União Profissional de Atenção à Ciência e Saúde (UNIPACS), nas cidades de Esteio e de Taquara.

A história desta empresa educacional tem conexão direta com a biografia do fundador, cuja vida se configura com aprendizagens difíceis, que serviram de fundamento para as opções feitas. Ainda jovem, residindo em Caxias do Sul, Antônio Nazário iniciou sua aproximação com a área, através de um curso de Atendente de Enfermagem oferecido pelo Hospital de Saúde. Foi um primeiro passo, antes de ingressar na vida acadêmica da Universidade Federal de Pelotas, aprovado para o curso de Enfermagem, o qual realizou nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, formando-se no início dos anos 1980.

Do primeiro emprego como enfermeiro formado ao momento da fundação da Escola Profissional UNIPACS, foram duas décadas de amálgamas interculturais, passando pela experiência de enfermeiro no Hospital Beneficência Portuguesa e no Hospital Espírita de Alto Petrópolis, e como professor na Escola de Auxiliares de Enfermagem Jacy Porto, da Cruz Vermelha em São Leopoldo, quando supervisionou estágios nos hospitais da região Metropolitana de Porto Alegre. A Escola Jacy Porto encerrou suas atividades na cidade, mas em seu lugar Nazário com uma colega enfermeira fundaram a Escola de Enfermagem da Paz, assim denominada em razão do ano de 1986 ser o Ano Internacional da Paz, proposto pela ONU.

O intercurso entre os cursos específicos da nova escola e o futuro projeto de uma escola multiprofissional se relaciona com a transição na trajetória do biografado, após uma década de trabalho como servidor do Hospital Padre Jeremias, de Cachoeirinha, e gestor e professor na Escola da Paz. Prospectou outros cursos para além dos iniciais Enfermagem e Radiologia, de modo que a escola passou a contar gradativamente com cursos nas áreas de Nutrição, Meio Ambiente, Química, Segurança de Trabalho, Edificações, Administração, Contabilidade e Informática. Junto aos cursos se deu as diversas parcerias com hospitais, empresas e com prefeituras visando os estágios de curso. Fruto de um modelo de gestão e administração característicos de Antônio Nazário, o projeto da Escola Profissional se realiza com perspectiva de expansão e crescimento, em tempo de inventar e se reinventar.



Destacamento *Blood*

Bloods foi um termo comum usado por soldados negros na guerra do Vietnã, algo como “camaradas”. Os quatro amigos se consideram, assim, como membros de uma irmandade marcada pelos horrores de uma guerra que nunca foi, de fato, sua

Foto: reprodução web



Spike Lee é um dos mais interessantes diretores de cinema e documentaristas já há muitos anos. Nascido no sul dos Estados Unidos, em Atlanta, capital da Geórgia, e morador do Brooklin, em Nova Iorque, conheceu desde sempre o que é ser negro em um país racista. Graças ao talento de diretores como ele, e de roteiristas e atores e atrizes negras, a temática racial chegou às telas de Hollywood, o que assinala importante conquista cultural. Com *Infiltrado na Klan*, ele produziu uma obra prima, o que, muitas vezes, agrega o risco de filmes posteriores do mesmo mestre serem sempre comparados e tidos como “bons, mas não tão bons quanto...” Bem, mas aí surge *Destacamento Blood* (*Da 5 Bloods*) e o que temos é outra obra extraordinária. O filme está disponível na Netflix, dura 2 horas e 34 minutos e é imperdível.

Sem *spoilers*, pode-se dizer que o enredo é simples. Quatro negros americanos Paul (Delroy Lindo), Otis (Clarke Peters), Melvin (Isiah Whitlock Jr) e Eddie (Norm Lewis), veteranos da guerra do Vietnã, voltam a Saigon para uma dupla missão: encontrar a ossada de seu líder e, ao mesmo tempo, localizar um tesouro. *Bloods* foi um termo comum usado por soldados negros na guerra do Vietnã, algo como “camaradas”. Os quatro amigos se

consideram, assim, como membros de uma irmandade marcada pelos horrores de uma guerra que nunca foi, de fato, sua.

A fotografia típica dos filmes de Spike Lee faz com que cada cena se pareça a uma pintura vibrante. Essa marca e o contraste produzido com episódios reais da guerra do Vietnã, em preto e branco, produzem um forte impacto. O filme faz “citações” de *Apocalypse Now*, de Coppola, o que é até lembrado didaticamente com o nome do bar onde os *bloods* se encontram. Aos poucos, Lee vai nos permitindo compreender as trajetórias dos personagens, seus desejos, suas dores, suas contradições. Os quatro do destacamento são engraçados e patéticos, conscientes e perturbados, pacíficos e violentos. As aporias se prolongam e fazem do filme uma homenagem à complexidade humana.

Delroy George Lindo (Paul), um ator inglês que já fez personagens de destaque em outros filmes de Spike Lee, rouba a cena. Seu desempenho nesse filme é, de fato, algo memorável. Ele é o mais “guerreiro”, o mais ligado emocionalmente a “Stormin” Norman, personagem do ótimo Chadwick Boseman (Pantera Negra), o líder do grupo que morreu e que inspirava os demais na luta antirracista. Paul é, também, uma

pessoa em sofrimento mental que fez a opção de não se preocupar com os demais, porque, afinal, ele “já se ferrou tanto” e, agora, é a vez de pensar em si mesmo. Paul votou em Trump e vai ao Vietnã com o boné *Make American Great Again*. É o emblema das opções trágicas de uma época, mas também o personagem mais interessante e, ao mesmo tempo, o mais difícil de se lidar e compreender. Os negros do filme, aliás, são personagens complexos e não blocos monolíticos ou aquele tipo de caricatura que só cabe em molduras ideológicas. São protagonistas que subvertem a tendência aos estereótipos com os quais, frequentemente, são retratados em filmes dirigidos por brancos.

Ao longo da história, temos também alguns depoimentos históricos e a reconstrução da locutora da rádio *Voz do Vietnã*, Hanoi Hannah (papel desempenhado por Ngo Thanh Van), cuja voz abalava a confiança dos soldados norte-americanos. É ela, por exemplo, que lembra que os negros são 11% da população dos EUA, mas 32% das tropas do exército americano no Vietnã, um indicador que, atualmente, incluiríamos como evidência de racismo estrutural. Sobre o Vietnã, a propósito, depois de ler o ótimo artigo de Laís Trojajke, me dei conta que o filme

poderia ter oferecido um panorama mais real sobre o país e seu povo. Os vietnamitas que aparecem no filme surgem em “pontas” e a própria vida em Saigon é mostrada de forma superficial. Por curiosidade, conferi os sites vietnamitas indicados por Luísa, com críticas ao filme, me valendo dos recursos do Google tradutor. Os textos são, no geral, bastante críticos, sustentam que a montagem foi amadora, que há transições inverossímeis, que a trilha sonora é ruim e, especialmente, que há passagens que deturpam a realidade do Vietnã. Um tema, enfim, que convida à reflexão sobre a forma como asiáticos e outros povos seguem sendo retratados por autores ocidentais.

O racismo tem sido debatido em todo o mundo e originado movimentos sociais importantes como o *Black Lives Matter*. Desde o assassinato de George Floyd, em maio, em Minneapolis (EUA), a luta antirracista ganhou as ruas em protestos. Recentemente, as Nações Unidas abriram uma investigação mundial sobre o que denominou “racismo sistêmico”. Por óbvio, ele tem muito a ver com o Brasil e sua história, embora muitos ainda se recusem a reconhecer sua importância. Mais uma razão para assistir aos filmes de Spike Lee.

Visibilidade para a poesia das mulheres negras

por César Fraga

A partir da ideia de tornar conhecidos poemas de mulheres negras da África e das Américas, a escritora Eliane Marques – Prêmio Açorianos de Literatura, em 2016 – lançou em suas redes sociais o projeto Orisun Oro. No idioma iorubá (nígero-congolês) significa “fonte da palavra”. “Existe uma dificuldade de acesso a publicações dessa natureza, o que me motivou a realizar um movimento em sentido contrário ao apagamento desses nomes”, diz a escritora.

O projeto conta com um Canal no Youtube para apresentar produções visuais de leitores dos poemas, que estão sendo traduzidos e publicados nas redes sociais da escritora. A estreia foi uma interpretação da atriz e bailarina Danielle Costa, do poema *Para uma saia de seda ao sol*, da escritora africana Ama Ata Aidoo, de Gana. Além do canal, também estão sendo produzidos mais de cem cards com ilustração da artista visual e atriz Iléa Ferraz e identidade visual da designer Aline Gonçalves, que podem ser compartilhados no Instagram e Facebook de Eliane.

Entre as artistas destacadas estão Beatriz Nascimento (Brasil), Virgínia Brindis de Salas (Uruguai), Ana Milena Lucumí (Colômbia), Mathem Shiferraw (Etiópia), Ifi Amadiume (Nigéria), Freedom Nyamubaya (Zimbábue), Warsan Shire (Somália), Sitawa Wafula (Quênia), entre outras.

A tradução dos poemas, escritos em língua inglesa e francesa, é de Adriano Migliavacca e os escritos em espanhol, pela própria Eliane. O projeto ainda conta com apoio da escritora e psicanalista Marcela Villavella, responsável pela divulgação na Argentina.

SOBRE ELIANE MARQUES – Escritora, poeta e editora. Curadora da Escola de Poesia, da revista de poesia *Ovo da Ema* e da revista de psicanálise e cultura *Anna O.* (Brasil e Argentina). Integra o catálogo *Intelectuais Negras Visíveis*. Graduada em Pedagogia e Direito, Mestre em Direito Público e Especialista em Constituição, Política e Economia, pela Ufrgs. Publicou os livros de poesia *Relicário* (Editorial Grupo Cero – 2009) e *E se alguém o pano* (Escola de Poesia – 2015), vencedor do Prêmio Açorianos de Literatura 2016, na categoria poema. Com outros autores publicou *Arado de Palavras* (Editorial Grupo Cero – 2008) e *Blasfêmeas: mulheres de palavra* (Casa Verde – 2016). Traduziu o livro *O Trágico em Psicanálise* (Ediciones Psicolibros – 2012), da psicanalista argentina Marcela Villavella. Atualmente trabalha na tradução do livro *Pregón de Marimorena*, da poeta afro-uruguaia Virgínia Brindis de Salas (editora Figura de Linguagem) e no seu próximo poemário *O poço das Marianas*.

Foto: Sabrina Gabana/Divulgação

Arte+

Extra Classe – Como surgiu a ideia do projeto Orisun Oro e qual a avaliação desses primeiros meses?

Eliane Marques – Dos vários projetos relativos à divulgação da literatura e da poesia feitas por mulheres, verifiquei que, sob o enfoque da produção artística, o trabalho das mulheres negras ainda “era” e “é” ocultado, apagado, destacando-se mais como objeto de pesquisas antropológicas ou sociológicas. Não digo que esses estudos não sejam importantes, mas questiono o motivo pelo qual nossas produções aparecem mais nesses campos e menos no campo artístico-literário propriamente dito. Por outro lado, não temos acesso no Brasil a grande parte dos textos escritos originalmente em espanhol, português e francês por mulheres racializadas como negras da África e da América Latina, o que se deve às eleições do mercado editorial, que ainda prioriza autores brancos. Incomodada com isso, postei nas minhas páginas do *Facebook* e do *Instagram* um *card* em que estava escrita a frase *Leia mulheres negras e afrodiáspóricas*, movimento pessoal que eu mesma iniciei a não mais de dez anos. Com a frase, pretendia convocar mais leitores a se engajar nessa virada de rotas. No texto que acompanhava o *card* citei uma série de nomes dessa linhagem, uns mais, outros menos conhecidos. A frase acabou se voltando para mim, impondo-me realizar um trabalho que possibilitasse a outras pessoas a leitura de poetas mulheres afrodiáspóricas. Para acessar esses livros objeto do Orisun oro conto com a colaboração do professor Adriano Migliavacca que, além de traduzir do inglês, trabalha como um rato de bibliotecas digitais. Agora, estamos na fase da montagem de

uma equipe de tradutoras mulheres negras para o fim de lhes possibilitar trabalho e conhecimento na área da poesia. Os primeiros meses do projeto nos trouxeram o contato com várias poetisas, não apenas no sentido do conhecimento de seus trabalhos e biografias, mas também um contato pessoal realmente afetivo, por *e-mail* ou *WhatsApp*.

EC – Como está sendo a interação com o público e que tipo de relato já é possível reportar aos leitores?

Eliane – O público é ainda um pouco tímido no acesso às postagens. Isso se deve às próprias dificuldades de circulação dos poemas no *Facebook* e a relação do público em geral com o poema, ainda visto como algo estranho à cotidianidade repleta de imagens fantásticas. Porém, o Orisun oro tem proporcionado grande interação entre a equipe do projeto e as mulheres negras da América Latina cujos poemas traduzimos e publicamos. Por exemplo, já conversamos com Georgina Herrera, poeta cubana fundamental para a tradição hispano-americana; desse contato resultou a cedência dos direitos autorais de 40 poemas para publicarmos em livro no Brasil pela editora da qual sou responsável, três desses poemas inéditos inclusive em espanhol. Recentemente conversei por *WhatsApp* com a poeta afro-argentina Graciela Paz, que nos cedeu os direitos autorais do seu livro *Zambeze* para tradução e publicação. Também mantivemos contato com a poeta afro-porto-riquenha, Mayra-Santos Febres, que nos cedeu *Anamu y Manigua* para a publicação no Brasil. Essas poetisas são inéditas em língua portuguesa e praticamente desconhecidas no Brasil. Conhecemos muito do

que se produz e publica na Europa e nos Estados Unidos e quase nada do que se faz ao nosso lado, como no Uruguai, na Colômbia, no Peru, Equador... especialmente no que se refere ao trabalho das mulheres negras no campo do poema.

EC – Na sua visão, como a literatura/poesia produzida por mulheres negras poderia estar mais presente nos sistemas educacionais e de que forma professores interessados podem utilizar projetos para levar essa produção e as realidades dessas autoras para os estudantes?

Eliane – É importante compreender que as mulheres negras poetas produzem arte, ou seja, seus poemários se situam numa esfera ético-estética, além do interesse sociológico ou antropológico que ordinariamente suscitam. Depois, deve-se reconhecer que numa sociedade que se queira democrática, a democracia, inclusive no mercado editorial, não pode se reduzir ao discurso dos homens brancos, à sua visão de mundo, ao seu modo de interpretar e de escrever as coisas e as gentes. O trabalho das mulheres negras no campo do poema rompe com essa visão unitária e uniteral, escudada num universalismo que é tão particular quanto à *saia de seda ao sol* de que fala Ama Ata Aidoo, poeta de Gana, no poema que leva esse nome. A poesia pode estar presente em todas as disciplinas escolares, na História, na Geografia, na Biologia, na Matemática... não é necessário que esteja encerrada na Literatura ou na Língua Portuguesa. Contudo, aos professores, nessa batalha diária que é sobreviver com um salário que não corresponde ao seu trabalho e à sua importância social, não se pode exigir que leiam poemas, que transmitam o gosto



Eliane Marques, escritora

pela poesia aos seus alunos, que escrevam poemas, se antes não se fizer esse trabalho específico com eles mesmos. Para tanto, a Escola de Poesia oferece bolsas para professoras, especialmente negras, em todos os seus cursos. O curso para o qual as vagas ainda estão abertas se chama Poéticas Brasil e África e visa oferecer aos interessados uma visão geral da tradição poética brasileira, do modernismo à atualidade, bem como das poéticas africanas e sua fundamentação teórico-crítica, além de um mergulho bem específico no *Romanceira da Inconfidência*, de Cecília Meireles. Especificamente quanto ao Orisun oro, as professoras podem baixar os *cards* de minha página no *Facebook* ou no *Instagram*, assim como copiar e utilizar os poemas para leitura e deleite, para o conhecimento de parte da cultura de outros países, para interpretação e discussão em grupos, entre outras possibilidades de trabalho. As professoras também podem incentivar as alunas a produzir um audiovisual no próprio celular no momento da leitura dos poemas, em seguida, enviá-lo ao *e-mail* do projeto para que os publiquemos no nosso canal no *Youtube*.

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS já está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Professores SOLIDÁRIOS
Sinpro/RS - Sindicato Cidadão



vakinha.com.br/professores-solidarios





FRAGA

Punidos venceremos

Num dia de junho, ao dar de cara com uma charge que era a sua cara, Bozonaro engrenou verbos reativos: emburreceu, emputeceu, enlouqueceu.

Como não bastou gritar basta! pela n^a vez, decidiu invocar a Lei de Segurança Nacional. Aquela mesma que, se o senhor não tá lembrado dá licença de alamar: a da Ditadura. Lei que, na matilha das leis que ameaçavam as liberdades, era um pitbull hidrófobo contra o livre pensar.

Mandou abrir investigação contra o autor. Onde se viu chargista ousar um perfeito retrato falado da presidência? Danação! Dias antes, ódio nos olhos por charges certeiras contra a violência policial, já interpelara na justiça outros 4 chargistas. Se pretos e pobres das periferias continuam na preferência para apanhar e serem mortos, nunca irão faltar charges.

Bozonaro já não sabe o que fazer com o enxame de chargistas ao redor da sua estupidez. São Aroeiras, Laertes, Benetts, Montanaros, Mors, Santiagos, Vasques e Hals, entre outros ferrões. Eles esvoaçam pela mídia e redes à procura do néctar ácido da realidade, com o qual produzem a crítica que tanto azeda Bozonaro e mobiliza a opinião pública. Charge é serviço à sociedade.

Aos zumbidos, Bozonaro até se faz de surdo. Ele mesmo é mais barulhento que qualquer abelheira. As últimas ferroadas é que doeram na alma do desalmado. Aroeira picou mais fundo, ao transformar a cruz vermelha dos hospitais invadidos numa suástica bozonazista. Enquanto o impeachment não vem, serve pichação gráfica.

Ao apelar à Lei de Segurança Nacional, o inseguro chefe do Executivo (que nada executa pro bem do país) mexeu com o vespeiro todo: mais de 150 chargistas aferroaram esse crente da morte e descrente na ciência. Por incitar as viróticas invasões hospitalares, fez jus ao repúdio a traço.

O deprimente da república esquece o óbvio: só uma lei pode impedir charges contra desmandos de governantes e contra a violência policial – basta governar democraticamente e policiar sem truculência. De resto, os ataques de Bozonaro à democracia são mais virulentos que charges denunciadoras dos seus desatinos; e as canetas contra cassetetes, muitíssimo menos violentas que a própria PM.

Bozonaro blefa em vão: não há como conter a inteligência ferina do humor. Nem como inibir centenas de artistas e coibir tantos espaços para manifestação. Tampouco censurar as artes da charge, do cartum, da tira, da caricatura. Ou decretar o uso exclusivo de nanquim rosa para suavizar a imagem do pior presidente que o Brasil já teve.

Quanto menos democracia, mais chargistas e charges.

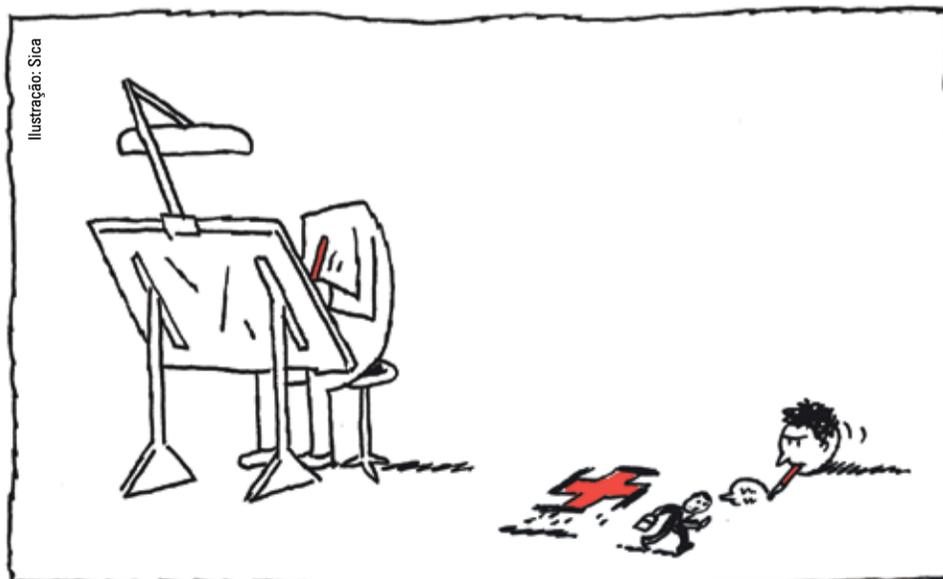


Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br.

SHOWS VIRTUAIS

Ao vivo pelo Youtube | 18h

11/7 – Uiliam Michelin Trio. Uiliam (acordeon), Thiago Carloto (violão) e o Gleidson Dondoni (baterista) apresentam repertório que mescla clássicos da música mundial a temas autorais baseados em ritmos identificados com o sul do Brasil, Argentina e Uruguai, como milonga, chamamé e chacareira, sob influências do jazz e da música clássica.



Foto: Yuri Ramos

25/7 – Ortácio, Borghetti, Salazar e Poty apresentam o álbum OBSP.

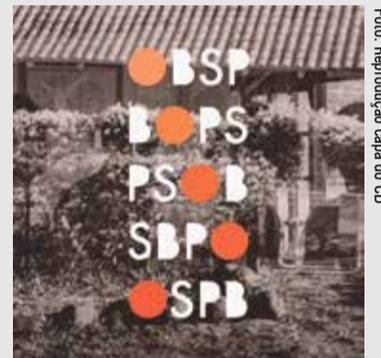


Foto: Reprodução capa do CD

ARTES VISUAIS

Porto Alegre

Até 12/7 – Terragrita. O artista pelotense e ativista do movimento negro Paulo Corrêa reúne obras em pintura, fotografia, instalação e vídeo que simbolizam histórias de sobrevivência e evocam a força e a resistência da ancestralidade afro-brasileira.

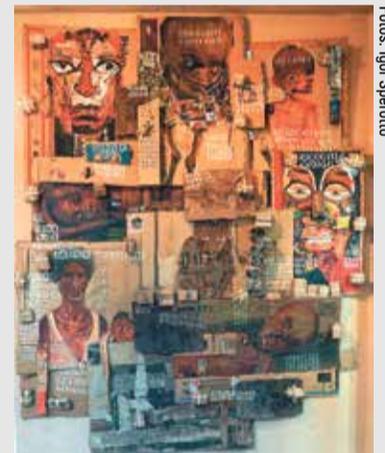
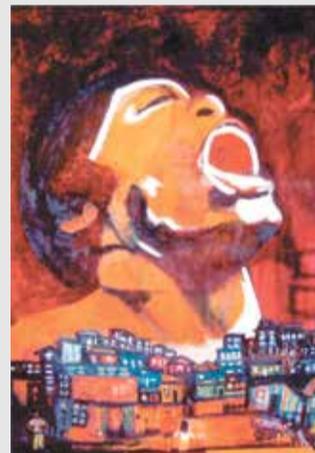


Foto: Igor Sperotto

23/7 – Abertura do 1º Festival Internacional de Videodança do Rio Grande do Sul.

Visitação: Até 23/8, de terça a domingo, das 10h às 18h.

CAMPANHA

Até 31/7 – Ecarta Solidária busca arrecadar R\$ 10 mil para auxiliar músicos que precisam de ajuda financeira para seus projetos devido à pandemia de coronavírus. Para contribuir, basta acessar o QR Code ou o site da campanha em www.vakinha.com.br/vaquinha/projeto-ecarta-musical-solidario.





VERISSIMO

O vermelho e o negro

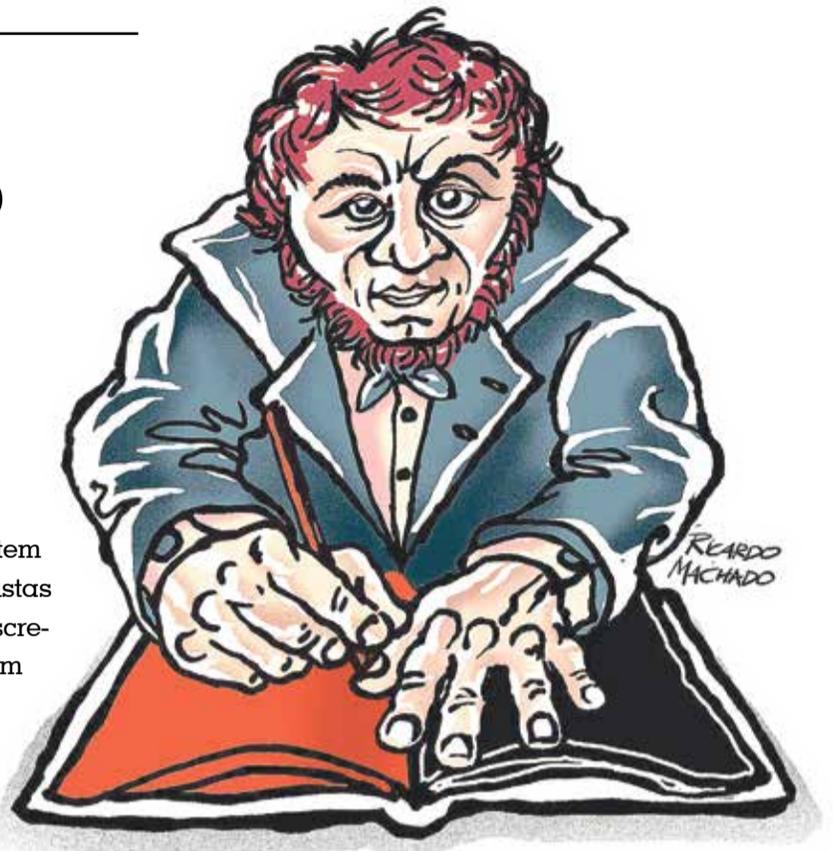
Desde a Roma antiga, desde antes da Roma antiga, desde antes do antes do antes, o que fazer com um poder armado num tempo de paz?

Os militares não podiam ter seus quartéis dentro dos perímetros da Roma antiga. Anos de mau convívio ensinaram a sociedade civil romana a manter os generais e suas legiões longe do poder, ou das tentações do poder. Não adiantou muito: foram os generais e suas legiões que fizeram história enquanto os tribunos faziam discursos. A Roma antiga nos legou grandes peças de oratória contra a promiscuidade indesejada de políticos e militares que acabaram sendo hinos à hipocrisia. O papel dos militares num tempo de paz, portanto, é uma discussão que precede Roma, precede qualquer sociedade minimamente organizada e também precede a hipocrisia.

O que fazer com um poder armado quando ele não é necessário? Ou quando fazer guerra não é mais sua atribuição principal, mas ele mantém seu garbo e suas verbas? O romancista francês Stendhal, na sua obra mais importante,

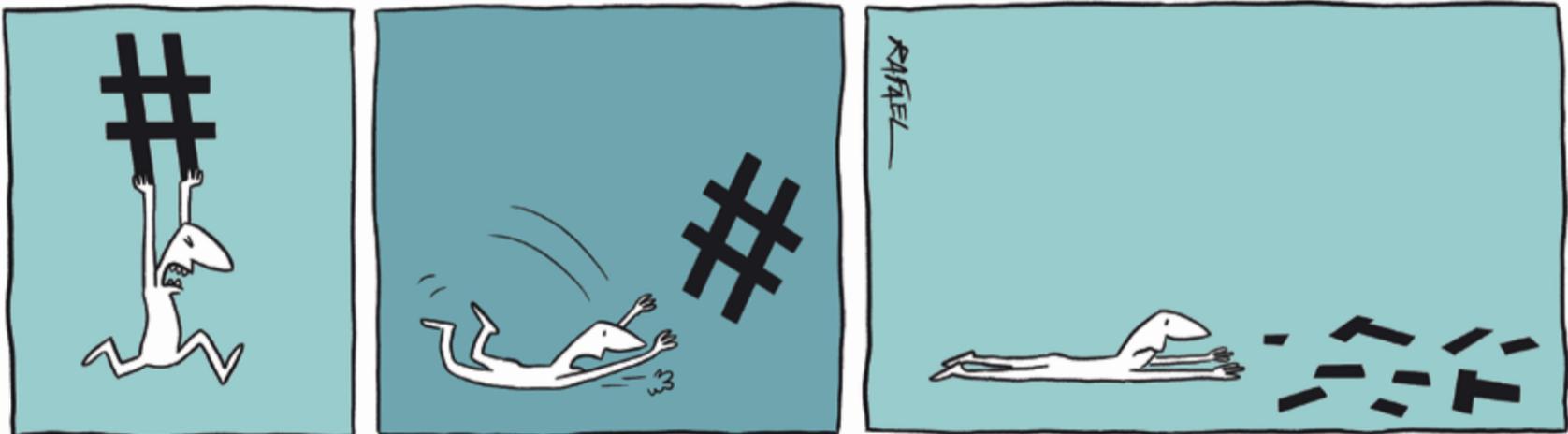
O Vermelho e o Negro, que não tem nada a ver com as cores anarquistas ou com as cores do Flamengo, escreveu sobre os dois caminhos que um jovem indeciso, lançando-se no conturbado mundo da Europa pós-napoleônica, deveria contemplar para ter uma carreira respeitável. A escolha era entre o vermelho da Igreja e o negro do Exército. Em nenhum momento da narrativa, o protagonista de Stendhal revela uma vocação religiosa ou atração pela vida militar. Ele talvez seja o primeiro personagem da literatura a fazer uma escolha fria entre instituições que perderam o sentido, pensando só na sua carreira e inaugurando o herói moderno.

Desde a Roma antiga, desde antes da Roma antiga, desde antes do antes do antes, o que fazer com um poder armado num tempo de paz?



Se ele não é o poder moderador que pretende ser mas o ministro Fux diz que não é, o que é então? Julien Sorel, o personagem de Stendhal, escolhe o sacerdócio, mas não renuncia às mulheres e acaba guilhotinado. Se tivesse escolhido a farda, teria uma bela carreira militar e acabaria, provavelmente, reformado em vez de decapitado. E teria tempo para meditar sobre o papel das forças armadas através dos tempos, desde as primeiras cavernas.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Entre salvar vidas ou a economia, o governo federal optou por nenhuma das duas

O Brasil enfrenta uma pandemia sem ministro da Saúde e sem uma liderança com decisões pautadas pela ciência.

O ministro da Economia não apresenta medidas efetivas de apoio às empresas e pela manutenção dos empregos. Ao contrário, afirma que socorrer os pequenos empresários é um "mau negócio".

O resultado disso são milhares de mortos, desemprego em massa, fuga de investidores internacionais e a economia, que já não vinha bem, rumo para a recessão.

Priorizar vidas ou a economia é um falso dilema, fomentado por quem não tem a menor noção de como conduzir o país com responsabilidade e competência.